

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LUIZ HENRIQUE SUTELO GOLASZ

**ARROIO DOS RATOS, A MINERAÇÃO E O MUSEU DO CARVÃO:
A HISTÓRIA E SUA REPRESENTATIVIDADE ATRAVÉS DA
MATERIALIDADE**

PORTO ALEGRE

2013

LUIZ HENRIQUE SUTELO GOLASZ

**ARROIO DOS RATOS, A MINERAÇÃO E O MUSEU DO CARVÃO: A
HISTÓRIA E SUA REPRESENTATIVIDADE ATRAVÉS DA
MATERIALIDADE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título do Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Costa Avancini

PORTO ALEGRE

2013

RESUMO

O presente estudo analisa a representatividade do Museu Estadual do Carvão para a compreensão da história da mineração em Arroio dos Ratos e seu papel como agente formador de uma identidade local. Através da apresentação do quadro evolutivo das atividades mineradoras na região desde suas primeiras descobertas durante o Período Imperial, passando pela solidificação desta atividade com a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo - CEFMSJ e culminando com a criação do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração - CADEM, é demonstrada a nevrálgica ligação entre o processo minerador e a evolução socioeconômica da região do Baixo Jacuí. Esta ligação é corroborada quando analisada a oferta de uma rede de serviços à população de Arroio dos Ratos pelo Consórcio durante o período áureo da mineração e o desmonte deste quadro com a crise instaurada no setor a partir da segunda metade da década de quarenta. Por fim, a análise das práticas desenvolvidas pelo Museu do Carvão objetivando oferecer à sociedade local o contato e a interação com sua própria história através do acervo composto pelos remanescentes das atividades mineradoras e o alcance destas medidas.

Palavras-chave: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos, CEFMSJ, carvão, CADEM.

ABSTRACT

The present study analyzes the representativeness of de Coal Mine Museum to understand the mining history in the city of Arroio dos Ratos and its role as a forming agent of a local identity. Based on the presentation of the development of the mining activities in the region since its first findings during the Imperial Period, going through the solidification of this activity with the mining company Railroad And Mining Company From The City Of São Jerônimo - CEFMSJ, resulting the creation of Administrative Consortium Of Mining Companies - CADEM, it is demonstrated the strict relation between the mining process and the social-economic development of the region Baixo Jacuí. This link is emphasized when it is analyzed the creation of a network services to the inhabitants of Arroio dos Ratos by the Consortium during the mining golden period and the ending of this situation with the crisis in the mining sector after the second half of the 1940's. Finally, analyzes the practices developed by the Coal Mine Museum with the objective to offer to the local society the contact and the interaction with its own history through the collection composed by the remaining of the mining activities and the extent of the Museum activities.

Key words: State Coal Mine Museum, Arroio dos Ratos, CEFMSJ, coal, CADEM.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADEM – CONSÓRCIO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO

CEFMSJ – COMPANHIA ESTRADAS DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CMCPAR – COMPANHIA DAS MINAS DE CARVÃO DE PEDRA DE ARROIO DOS RATOS

COPELMI – COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS

CORSAN – COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO

IPHAE – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

MCAR – MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

FIGURA 1 – Residência dos mineiros - Arroio dos Ratos. Década de 30. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS.....	44
FIGURA 2 – Inauguração do Hospital Sarmiento Leite. 1941. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS.....	46
FIGURA 3 – Unidade de tratamento de água. 2013. Acervo particular do Autor. Arroio dos Ratos/RS.....	48
FIGURA 4 – Escola Profissionalizante Luiz Betim Paes Leme. 1944. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS.....	50
FIGURA 5 – Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos. 2013. Acervo particular do autor. Arroio dos Ratos/RS.....	50
FIGURA 6 – Museu Estadual do Carvão. 2013. Acervo do Museu do Carvão. Arroio dos Ratos/RS.....	65

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Produção de carvão no Rio Grande do Sul. 1930-1943.....	40
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS, RECORTES E JUSTIFICATIVAS.....	12
3. ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA.....	16
4. O INÍCIO.....	25
4.1. AS PRIMEIRAS DESCOBERTAS E A ATUAÇÃO DOS GOVERNANTES.....	25
4.2. AS PRIMEIRAS MINERADORAS E A CONCORRÊNCIA BRITÂNICA.....	28
4.3. CEFMSJ: SOLIDIFICAÇÃO E LEGADO PATRIMONIAL.....	31
5. O AUGE.....	35
5.1. O PROTECIONISMO AO CARVÃO GAÚCHO.....	35
5.2. A CRIAÇÃO DO CADEM E O ÁPICE PRODUTIVO.....	38
5.3. A ATUAÇÃO DO CADEM O LEGADO PATRIMONIAL.....	41
6. O DECLÍNIO.....	52
6.1. A CRISE FINAL.....	52
6.2. O FINAL DA MINERAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO.....	55
6.3. A CRIAÇÃO DO MUSEU DO CARVÃO.....	61
6.4. A BUSCA POR UMA MATRIZ IDENTITÁRIA.....	66
7. CONCLUSÃO.....	71
8. REFERÊNCIAS.....	76

CRONOLOGIA

1795 – Primeiras descobertas de carvão mineral na localidade de Curral Alto, no atual Município de Butiá.

1826 – Descoberta de afloramento de carvão na localidade de Faxinal, atual Município de Arroio dos Ratos.

1853 – James Johnson descobre nova jazida de carvão também na localidade de Faxinal.

1866 – Concedido a James Johnson o direito de exploração das jazidas por ele descobertas.

1872 – Início da exploração do mineral por Johnson e José Ferreira de Moura, com a criação da Imperial Brazilian Collieries C. Limited.

1878 – Falência da Brazilian Collieries e início da exploração pela Empresa Holtzweissig e Cia.

1883 – Falência da Holtzweissig e Cia. e início da exploração pela Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos.

1885 – Visita da Princesa Isabel e do Conde D’Eu à localidade de Arroio dos Ratos para inauguração do Poço Isabel.

1888 – Liquidação judicial da Cia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos.

1889 – Entra em atividade a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo.

1908 – Chegada de imigrantes espanhóis e poloneses na região.

1920 – Encampação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul pelo Governo Estadual.

1924 – Inaugurada a primeira usina termelétrica do Brasil, em Arroio dos Ratos.

1931 – O Decreto 20.089 determinava a adaptação de locomotivas em trânsito no território nacional para o uso do carvão nacional.

1936 (junho) – Criação do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM).

1936 – (outubro) – Grande enchente que inutiliza os poços 1 e 4 de Arroio dos Ratos durante seis meses.

1942 – Inauguração do Hospital Sarmiento Leite.

1943 – Ápice produtivo da indústria carbonífera e promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho.

1944 – Inauguração da Escola Profissionalizante Engenheiro Luiz Betim Paes Leme, em Arroio dos Ratos.

1956 – Final da exploração de carvão em Arroio dos Ratos e inauguração do Poço Otávio Reis em Charqueadas.

1964 – Emancipação de Arroio dos Ratos.

1975 – Inauguração da estátua em homenagem aos mineiros.

1983 – Doação de parte da área do atual Museu pela COPELMI ao Governo do Estado do Grande do Sul.

1986 – Tombamento dos remanescentes patrimoniais da mineração e criação do Museu Estadual do Carvão.

1991 – Ampliação da praça central de Arroio dos Ratos com a derrubada de uma república construída na década de 30.

2009 – Primeira edição do Projeto Uma Luz no Fim do Túnel.

1. INTRODUÇÃO

O século XX marca uma acentuada preocupação com os referenciais identitários por parte de inumeráveis grupos sociais. Esta valorização dos aportes materiais representativos de aspectos definidores destes grupos tem um acentuado avanço a partir do último quarto do Século XX. Ocorre a partir de então uma corrida patrimonialista sem precedentes e que marca a busca pela afirmação da identidade dos grupos envolvidos neste processo através da vinculação de sua história ao objeto patrimonializado, visto e utilizado como balizador desta caracterização. Cabe lembrar que este processo que busca definir ou mesmo criar uma identidade se vale também de outros meios que não apenas os bens tangíveis. A culinária, o folclore, a língua e toda uma série de fatores que sirvam como aspectos caracterizadores de determinados grupos sociais ou regionais são utilizados neste processo. O reconhecimento, a preservação e tombamento de tais aspectos constituem uma prática recente e com crescente utilização, sendo plenamente aceita pelos grupos envolvidos diretamente como também por aqueles que tangenciam esta situação.

Entretanto, a utilização de remanescentes materiais neste processo de definição da identidade social se constitui ainda como o mais eficaz meio de criação e projeção de uma memória coletiva para determinado grupo. A recuperação da memória coletiva é fomentada primeiramente com a escolha do que deve ser utilizado como instrumento simbólico da identidade a ser definida. Escolhido o recorte e os meios materiais a lhe servirem de embasamento, busca-se a projeção nesta materialidade de um passado efetivamente vivido ou apenas idealizado, com o objetivo de dar forma à criação de uma memória coletiva que sirva como ponto de convergência para todos os agentes envolvidos e pertencentes ao grupo social. A tarefa de ofertar esta memória coletiva

como representativa e simbolicamente importante para o maior número possível de agentes dentro do referido grupo age como importante fator de coesão social. Como exemplo clássico deste processo podemos citar o tombamento das ruínas jesuíticas na região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul.

O presente estudo, contudo, visa analisar esta prática de valorização da materialidade patrimonial na Microrregião Carbonífera do Baixo Jacuí e mais precisamente no município de Arroio dos Ratos. O local, conhecido como o “*Berço da indústria carbonífera nacional*”, é dentre os municípios da região, aquele que mantém o maior acervo patrimonial preservado e recuperado alusivo à história da indústria carbonífera. Contando com espaço destinado a preservar e recuperar a memória da história mineradora, o Museu Estadual do Carvão, o município apresenta-se na vanguarda pela busca de raízes identitárias na região, atrelando de maneira indissolúvel sua história à da prospecção do mineral de seu subsolo e também da importância desta indústria para o Estado e para o País, como aponta Lothar Sulzbach:

Impulsionada pela extração do ouro negro, a história de Arroio dos Ratos é a história do carvão, como este é a história de Arroio dos Ratos. Não podemos dissociar um do outro... Não se pode falar em carvão no Rio Grande do Sul e no Brasil sem falar em Arroio dos Ratos. E não se pode falar nesta terra, sem abordar o assunto carvão.¹

O ufanismo saudosista de Lothar Sulzbach encontra justificativa na observação da trajetória histórica das cidades componentes da região carbonífera. A importância da indústria do carvão não fica limitada àquelas localidades nas quais ocorria sua prospecção, notadamente Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Minas do Leão, mas

¹ SULZBACH, Ervino Lothar. *Arroio dos Ratos: Berço da Indústria Carbonífera Nacional*, Arroio dos Ratos: Editora Gráfica PBS, 1985. p. 49.

também aos locais como o Conde e São Jerônimo, que se constituíam nos pontos de escoamento do minério por via fluvial. Cabe ressaltar que todas as localidades citadas eram, até o início dos anos sessenta, componentes do município de São Jerônimo e a produção conjunta de suas jazidas impulsionou o progresso sócio-econômico da Sede Municipal sem que os distritos usufríssem na mesma intensidade das benesses proporcionadas pelas divisas oriundas da mineração. Entretanto, a análise destas discrepâncias na evolução sócio-econômica de São Jerônimo e seus distritos não é o objeto de análise do presente estudo.

O atual município de Arroio dos Ratos, emancipado de São Jerônimo em 12 de abril de 1964, conta com importante aparato material resultante do processo minerador ocorrido no local durante aproximadamente um século, e que já encerrara seu ciclo a mais de uma década quando o município adquiriu sua maioria política. Foram Arroio dos Ratos e Butiá, aliás, aqueles municípios que por manterem por mais tempo as atividades mineradoras em subsolo, apresentam os maiores legados materiais oriundos das atividades relacionadas à lavra do *ouro negro*. Entretanto, a presente análise terá como cenário de estudo apenas a localidade de Arroio dos Ratos e ainda que a mesma possa constituir-se em um pequeno recorte para a abordagem desejada, surge como o mais representativo para o objetivo almejado.

2. OBJETIVOS, RECORTES E JUSTIFICATIVAS

Como aponta a citação de Lothar Sulzbach, a ligação entre a história de Arroio dos Ratos e a evolução da indústria carbonífera no seu subsolo é inegável e mesmo sem uma busca criteriosa chega-se facilmente à mesma opinião que o autor. A existência de

um monumento no ponto central da cidade em homenagem ao mineiro desde meados da década de setenta e a criação de um museu na década seguinte com o objetivo de resgate da história da mineração no local apontam para esta correlação direta e umbilical entre o pequeno município de menos de quinze mil habitantes e a atividade mineradora. O presente estudo tangenciará a análise da relação entre a evolução sócio-econômica de Arroio dos Ratos e o avanço da indústria carbonífera no local com seus ciclos produtivos marcados por constantes oscilações e os respectivos reflexos em uma sociedade nevrálgicamente ligada a esta empresa.

Busca-se nesta análise verificar até que ponto a criação de espaços de memória coletiva, para o caso de Arroio dos Ratos personificado na criação do Museu Estadual do Carvão, constitui-se em manancial suficientemente representativo de uma história que remonta ao período do Império tendo legado inúmeras fontes materiais ao município e que não se encontram restritas ao espaço no qual foi implantado o Museu. A área que compõe o Museu Estadual do Carvão de Arroio dos Ratos foi recebida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em doação da Companhia de Pesquisa e Lavra Mineral (COPELMI) e situa-se no local onde outrora funcionavam o Poço Fraternidade, o Poço 1, as oficinas das companhias mineradoras e onde manteve-se em atividade por três décadas a primeira usina termoelétrica do Brasil. Todo o aparato material componente do complexo museológico compreende uma área de mais 17 hectares.

Este recorte espacial, apesar de grandioso para um Museu, torna-se insuficiente para a abordagem objetivada neste estudo e já mencionada anteriormente. Faz-se necessário buscar subsídios para a análise fora dos limites do espaço tombado e para tanto não faltam aportes materiais dentro da área urbana do município de Arroio dos Ratos.

Quanto à limitação temporal, esta deve ter a amplitude que permita focalizar o processo histórico do local em consonância com a evolução da mineração de carvão em seu subsolo. Para tanto se faz necessário remontar a observação a meados do século XIX, período que marca a descoberta das primeiras jazidas e o início das atividades da indústria carbonífera na região do Baixo Jacuí. A análise deve perpassar todo o século XX, acompanhando os avanços e retrocessos no processo produtivo e seus reflexos no aparato material legado ao Município, culminando com a criação do espaço de preservação já referido, o Museu Estadual do Carvão, em 1986.

Os argumentos utilizados como balizadores dos recortes de tempo e espaço ao qual a presente análise pretende ater-se servem como seus primeiros pontos justificadores. A presença de importantes legados materiais na localidade, frutos da atividade mineradora que durante um século foi sua principal fonte de riqueza, requer que se estude o papel desempenhado pelas companhias mineradoras dentro da evolução sócio-econômica de Arroio dos Ratos. Dentre estes aportes materiais, será dado enfoque especial àqueles que mostram a tentativa, por parte das companhias dedicadas à lavra do mineral, de suprir a oferta de prestação de serviços básicos à população quando estes eram negligenciados ou insuficientemente oferecidos pelo poder público. Algumas construções destinadas a estas finalidades encontram-se atualmente em desuso sendo que outras, readaptadas, são utilizadas pelo poder público local.

Outro importante fator que motiva à realização deste estudo é a existência de um amplo espaço dedicado à recuperação e preservação da história da mineração na região, o Museu do Carvão. A criação deste espaço, em uma iniciativa que inaugura a busca pelo resgate de uma memória coletiva da população local, tornou-se um marco na história Arroio dos Ratos que passa desde então a rever sua história projetando-a no

presente de forma a ver que o longo hiato iniciado com o fim da mineração no Município e encerrado com a inauguração do Museu, não apagou a presença do aparato material legado pela atividade mineradora ao Berço da Indústria Carbonífera Nacional. Não tendo estes vestígios sido extintos neste longo período que soma aproximadamente três décadas, a criação de um espaço destinado à preservação desta memória coletiva local vêm garantir não somente a manutenção destes aportes como também sua contextualização dentro da história local.

A falta de estudos que tenham focalizado o legado material das atividades mineradoras para o Município também alimenta o desejo de escrever sobre uma questão que evoca curiosidades pessoais ainda não satisfeitas para alguém que, natural e morador do local desde seu nascimento, teve parentes envolvidos nas atividades de prospecção do ouro negro das escuras e úmidas galerias outrora ativas no subsolo de Arroio dos Ratos. A existência de várias obras dedicadas a analisar o processo de mineração de carvão na Região do Baixo Jacuí, sendo que a maioria destas escritas por personagens que viveram e fizeram sua vida profissional na Região, também alimenta o objetivo de desenvolver uma abordagem que, longe de esgotar o estudo sobre o tema, pretende suscitar a realização de análises mais criteriosas.

Por fim, a retomada da mineração de carvão a algumas centenas de metros do Museu do Carvão no ano de 2011 com o desenvolvimento de atividades visíveis do centro da cidade de Arroio dos Ratos, eleva a esperança na população local em relação a uma nova etapa de revalorização do mineral, que conforme decisão do Ministério das Minas e Energia será incluído no próximo leilão de energia realizado pelo Governo Federal.

Ainda que estas recentes atividades de lavra realizada nas proximidades do complexo do Museu do Carvão ocorram na modalidade a céu aberto e não mais na prospecção em

galerias, eleva-se na população local um sentimento de retomada de um processo histórico que parecera romper-se com a declaração de que as jazidas de Arroio dos Ratos estavam exauridas na metade do século XX. O novo ciclo que surge atualmente na mineração de carvão no município coloca em contato a existência da moderna atividade mineradora, personificada na Mina do Calombo e a antiga e perigosa prospecção em galerias representada pelas ruínas do Museu Estadual do Carvão, que como escrito anteriormente, distando poucas centenas de metros, são eles complementares da história de Arroio dos Ratos e último e importante motivador para a elaboração do presente estudo.

3. ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

A análise de material que aborde a história da mineração de carvão na microrregião carbonífera do Baixo Jacuí não foi totalmente esgotada no presente estudo. Questões temporais e logísticas são barreiras a transporem-se quando da elaboração de um estudo mais criterioso. Havendo a necessidade de fazer um filtro no material a ser utilizado, optou-se pela utilização de enfoques representativos de visões variadas e com objetivações também diversas, ainda que em determinados pontos sejam verificáveis apontamentos convergentes.

Ervino Lothar Sulzbach, anteriormente citado, foi padre na localidade de Arroio dos Ratos entre os anos de 1954 e 1958 e novamente no longo intervalo que inicia em 1960 e tem seu término em 1990. Padre Lothar, como ainda é conhecido entre a população local, teve ainda destacada atuação como líder da campanha emancipatória de Arroio dos Ratos, iniciada em 1963 e que culminou com a criação do município no ano

seguinte. Foi ainda diretor e professor na Escola Cenecista Santa Bárbara e idealizador e primeiro presidente da Associação dos Amigos do Museu do Carvão do Rio Grande do Sul. Como observado, Lothar Sulzbach não teve sua atuação junto à Paróquia de Arroio dos Ratos restrita às atividades sacerdotais e esta proeminência nas atividades religiosas, sociais e políticas na região credenciaram-no a escrever sobre a história local. Produziu três obras que são importantes aportes na busca de informações para quem visa entender o processo minerador de carvão no Rio Grande do Sul e a evolução sócio/política de Arroio dos Ratos.

Sua primeira obra, “Arroio dos Ratos: Berço da Indústria Carbonífera Nacional”, foi lançada em 1985. Embora um tanto superficial, constitui-se em uma análise abrangente da evolução histórica local atrelada à prospecção de carvão. Apresenta ainda informações geográficas e religiosas, sendo que para o primeiro aspecto ressalvas devem ser admitidas por não se tratar de uma área de domínio do autor. No que tange aos apontamentos ligados à religiosidade local, a observação detém-se exclusivamente às nuances ligadas aos princípios religiosos do Pároco. Mesmo com apontamentos que por vezes conferem excessiva parcialidade ao estudo, a obra tornou-se referência obrigatória para aqueles que pretendem entender o processo evolutivo da sociedade e da economia local. Na obra “Epopéia de Uma Emancipação”, o autor relata fatos por ele diretamente vivenciados quando da campanha que buscava a municipalização de Arroio dos Ratos, tendo sido o Presidente da Comissão Emancipacionista. Aqui ganham relevo aspectos políticos e a tramitação legal para a criação do município. A obra colabora ainda para a visualização dos aspectos socioeconômicos verificados no local com o término da exploração de carvão na década de 50 e a proposta de emancipação surgindo como uma possibilidade de fuga do quadro de estagnação econômica. A terceira obra,

“Perfil de um Minerador”, não apresenta informações relevantes para a proposta do presente estudo, entretanto constitui importante fonte de análise do modo de vida dos mineiros.

Historiador, farmacêutico e médico, Carlos Alfredo Simch é outro autor indispensável quando o objetivo é estudar a história da Microrregião Carbonífera do Baixo Jacuí. Em pleito indireto em 1937, foi eleito ao cargo de prefeito do Município de São Jerônimo no qual se manteve até 1945. O período coincide com o chamado Estado Novo e também com a época áurea da produção de carvão mineral na região. Assim como no caso de Lothar Sulzbach, a atuação profissional e política na região habilitaram Simch a possuir aportes necessários para a elaboração de uma obra vital para o entendimento da história local, “Monografia de São Jerônimo”, que teve seu lançamento em 1942, sendo reeditada em 1961 durante as comemorações do centenário de São Jerônimo. Nesta obra, recheada de pesquisas minuciosas sobre variados aspectos geográficos, políticos, sociais, econômicos e até mesmo sobre a fauna local, o autor apresenta um retrato apurado do Município de São Jerônimo, que à época da publicação da obra era composto pelos distritos de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Minas do Leão, Morrinhos e Quitéria, além da sede do Município, encravada nas margens do Rio Jacuí.

Simch, que voltaria à cena política como senador entre os anos de 1951 e 1955, apresenta através de gráficos a evolução e os reveses da indústria extrativa de carvão na região. Numa visão mais crítica que Sulzbach em relação às indústrias que exploravam o subsolo local, aponta para a pouca participação nas rendas municipais de recursos auferidos com a mineração. A obra serve para contrabalançar as visões, por vezes eufóricas, de Lothar Sulzbach em relação à atuação das Companhias Mineradoras e seus

legados para a região. Lembremos que Sulzbach teve destacada atuação no Terceiro Distrito de Arroio dos Ratos, sendo inclusive o principal artífice de sua independência política em relação a São Jerônimo, do qual Simch fora prefeito e onde desenvolveu boa parte de sua vida pública.

Além de focalizar a divergência de visões pelo aspecto dos interesses, a terceira abordagem importante a ser analisada para a elaboração do presente trabalho aponta indicativos dos motivos para o antagonismo de apreciações em relação ao histórico da exploração de carvão na região através da atuação das companhias mineradoras. A obra em questão é a tese de doutorado de Cristina Ennes da Silva, intitulada “Nas Profundezas da Terra: Um Estudo Sobre a Região Carbonífera do Rio Grande do Sul. (1883/1945)”, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em abril de 2007.

Dentre as principais obras utilizadas no presente estudo, a tese de Cristina Ennes surge como a que apresenta a análise mais isenta do matiz pessoal do pesquisador. Lembremos as funções desenvolvidas como agentes sociais na região por Lothar Sulzbach e Alfredo Simch e suas respectivas opiniões acerca do desenvolvimento local atrelado ao fluxo extrativo de carvão, à atuação das companhias mineradoras e principalmente em função do local de atuação dos dois autores. Cristina Ennes, professora e diretora do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Arte do Centro Universitário Feevale, foge à dicotomia de interesses presente nas obras de Sulzbach e Simch, avançando para além da visão de que haviam beneficiários e prejudicados com as atividades mineradoras.

A obra apresenta vasto rol de fontes, composta por bibliografia sobre a mineração no País, quadros estatísticos sobre a produção e venda do mineral, relatos de ex-mineiros,

acervo documental das empresas que exploravam o carvão, aparato legal e importante material fotográfico da região. A preocupação da abordagem da autora está centrada na análise da atuação das empresas mineradoras na região e suas estratégias visando obter garantias e, em que isto lhes fosse possível, interferir perante os poderes públicos buscando obter medidas protecionistas para a indústria carbonífera local. Aborda também a atuação dos governantes em relação às demandas das companhias mineradoras e apresenta a visão dos mineiros para a atuação destas companhias, que em diversas situações lhes supriam demandas negligenciadas pelo poder público. Desta forma aponta no resumo de seu estudo:

Nesta pesquisa buscamos fazer a história da indústria de extração de carvão mineral na região de São Jerônimo, a partir do estudo das estratégias das companhias de mineração sulinas e das rotinas de trabalho entre os anos de 1883 a 1945... Este estudo permitiu também mapear aspectos da ação dos poderes públicos junto à indústria carbonífera, assim como as motivações e as justificativas elaboradas pelos trabalhadores da comunidade local para a realização da labuta diária numa atividade de alta periculosidade nas profundezas da terra.²

O quarto autor pesquisado é Benedito Veit, professor, historiador e escritor que morou durante vários anos em São Jerônimo onde lecionou em escolas da rede pública municipal além de dedicar-se a pesquisa histórica local. Destas pesquisas resultaram quatro obras que integram a bibliografia utilizada na execução deste estudo. A primeira delas, publicada em 1989 é o “Calendário Histórico da Região Carbonífera”. Neste estudo o autor aponta os principais fatos acontecidos no Município de São Jerônimo desde o século XIX até a data de publicação da obra. Trata-se de uma obra de contribuição pontual sem análise dos fatos citados. A importância da mesma para esta análise reside na apresentação dos principais acontecimentos relacionados ao processo

² SILVA, Cristina Ennes da. p 5. PUC, 2007.

minerador na região tendo em vista que contempla, para além da sede do município, os Distritos de Arroio dos Ratos, Butiá e Charqueadas, além dos Municípios de General Câmara e Triunfo.

A segunda obra publicada pelo autor, “Memória Fotográfica de São Jerônimo”, data de 1992. Nesta, Veit apresenta uma ampla relação de fotografias de São Jerônimo desde o início do século XX até meados dos anos sessenta. Neste acervo fica visível o avanço sócio-econômico da sede municipal durante o período áureo da mineração de carvão. Aspectos econômicos, políticos e culturais são evidenciados através de reproduções fotográficas que formam um apanhado abrangente da história da sede do município. Cabe ressaltar que da mesma forma que a obra anteriormente citada, nesta o autor restringe-se a apresentar a reprodução de imagens locais, sem contextualização, aprofundamento analítico ou mesmo crítica das fontes apresentadas. Entretanto, o principal lapso da obra é a ausência de material relativo aos distritos de Arroio dos Ratos, Butiá e Charqueadas, ficando desta forma marginalizada no livro a apreciação fotográfica das atividades de extração da principal fonte de divisas da região.

Em 1992 Veit lançou ainda “Mineiros, Uma Raça”. Aqui o autor faz a transcrição de entrevistas realizadas com 97 ex-mineiros e 10 trabalhadores de atividades relacionadas ao transporte do carvão. Trata-se de uma listagem de relatos simples, em resposta a um questionário fixo, no qual os entrevistados citavam os locais de atuação, data de início e fim de atuação nas atividades mineradoras, valores recebidos e ainda sobre as atividades realizadas e os fatos marcantes vivenciados por cada entrevistado durante os trabalhos nas galerias dos poços mineradores ou no transporte ferroviário. Fato recorrente nesta obra são os relatos de acidentes sofridos ou presenciados pelos mineiros e a informação de que a maioria das aposentarias ocorria em função de acidentes ou por problemas de

saúde decorrentes da realização das atividades de extração do mineral do subsolo. A obra também não traz contribuição analítica por parte do autor, entretanto preenche a principal lacuna da obra anteriormente citada ao apresentar variado material fotográfico dos distritos componentes do município de São Jerônimo com registros que apresentam as atividades mineradoras através de fotografias da estrutura predial das minas, dos pontos de embarque do mineral e até mesmo dos processos produtivos nas galerias de extração de carvão.

Em 2004 Benedito Veit publicou “Assim Nasce uma Riqueza – A trajetória do carvão na Região Carbonífera”. Nesta obra o autor oferece um panorama geral de todo o processo minerador de carvão na região desde meados do século XIX, com rico material fotográfico ilustrativo das atividades desenvolvidas na extração do mineral como também dos pioneiros nesta indústria, James Johnson para o caso de Arroio dos Ratos e Nicácio Machado em Butiá. Nesta obra, Veit relaciona também as companhias mineradoras que atuaram na região com o respectivo maquinário utilizado, bem como aspectos relativos ao transporte do mineral dos poços de extração até o porto de embarque no Rio Jacuí e deste seguindo até os consumidores finais. Por fim, a obra destaca um histórico de utilização do mineral desde o início do seu ciclo produtivo até os dias atuais.

Será também utilizada no presente estudo a análise da documentação relativa aos processos de tombamento dos remanescentes históricos hoje componentes do Museu Estadual do Carvão. O processo inicial, gerador do registro de número 34 no livro tomo do IPHAE de 10/03/1986, trata da patrimonialização da maior parte do acervo material que atualmente compõe o Museu, tendo como principais elementos as ruínas da primeira usina termoelétrica do Brasil, na fachada da qual se observa ainda, em

algarismos romanos, a data de sua inauguração, o ano de 1924. Constam também como tombados nesta primeira etapa a entrada do poço Princesa Isabel, o prédio administrativo e o antigo almoxarifado da mina, prédio restaurado e que atualmente guarda o acervo documental e os instrumentos utilizados no processo extrativo do mineral. Numa segunda fase, em 1994, o registro 73 no mesmo livro tomo oficializa o tombamento do entorno da área anteriormente registrada. O espaço do Museu passa a abranger desde então, uma área de 17 hectares onde consta o maior prédio do complexo, o prédio das oficinas, no qual após o final das atividades mineradoras, funcionou por vários anos uma serraria encarregada de fornecer madeiramento para as atividades de extração de carvão em subsolo que ainda ocorreram por vários anos nas localidades de Charqueadas, Butiá e Minas do Leão. Passou também a compor o complexo tombado o resfriador de caldeiras, prédio que chama atenção por sua forma cônica e por apresentar-se em melhores condições de preservação que os demais.

O material componente destes processos é composto pela documentação legal que passa pelas primeiras iniciativas para o tombamento do acervo, seu reconhecimento e a efetiva criação do Museu, inclusive com a indicação da primeira diretoria. Fazem parte também dos referidos processos a presença da documentação relativa à doação da área inicialmente tombada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul pela Companhia de Pesquisa e Lavras Minerais em 1983 e também documentação da área complementar, também doada ao Governo do Estado pela Ferraço Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda., em 1993.

Merece ser mencionado ainda o aparato legal do Município de Arroio dos Ratos que define medidas relativas ao plano diretor do Município visando à inserção do complexo do Museu dentro do campo visual da cidade, através de impedimentos legais para

construção de prédios que obstaculizem a visualização dos remanescentes pelos munícipes ou por visitantes. Finalizando a parte referente às fontes, apresentaremos ainda alguns dados, obtidos do site do próprio Museu, dando conta das atividades desenvolvidas no complexo como forma de resgate da memória local.

Cumprе lembrar que todo o material que alimenta o presente estudo servirá para a análise da importância das atividades de prospecção de carvão mineral na região e mais diretamente em Arroio dos Ratos através do enfoque da existência de remanescentes históricos componentes do Museu Estadual do Carvão e que encontram-se protegidos legalmente como também pela apresentação de outros bens, ainda existentes do Município e que mesmo sem estarem escudados pelo tombamento, sobrevivem como prova da nevrálgica ligação entre as atividades mineradoras do *ouro negro* e a história de Arroio dos Ratos.

4. O INÍCIO

4.1. AS PRIMEIRAS DESCOBERTAS E ATUAÇÃO DOS GOVERNANTES

Com o desencadeamento da Revolução Industrial, observamos o homem lançar-se numa corrida sem precedentes pela aquisição de materiais necessários nos processos produtivos. A necessidade crescente de energia exigida pelas atividades fabris passava a ser garantida com a utilização do carvão mineral, material já conhecido no Velho Continente desde o Século XIII e encontrado de forma abundante na Grã-Bretanha e em todo o noroeste do Continente, em especial em solo francês, alemão e belga. Portugal, sem reservas deste material em seu exíguo território metropolitano, passou a demonstrar interesse na descoberta de jazidas carboníferas em sua vasta possessão além-mar no final do Século XVIII. A busca direcionou-se para as terras meridionais da Coroa Lusitana. Alfredo Simch aponta as primeiras descobertas na região:

Vai para 166 anos o primeiro achado do minério no sítio do Curral Alto, parte da velha e grande Estância, que contava com a área de 10 léguas, desde a margem direita do Rio Jacuí, rumo ao sul, para lá das caídas do Serro do Roque. Foi um anônimo soldado português ferreiro de profissão que, vagando por aquelas paragens, sendo morador de Rio Pardo, encontrou carvão de pedra pelo ano de 1795 levando amostras ao General Rafael Pinto Bandeira, naquela cidade, como a mais alta autoridade daquelas redondezas.³

Sem que a descoberta inicial obtivesse o reconhecimento esperado, as buscas prosseguiram e para os anos de 1807 e 1825 também são mencionadas descobertas do mineral na região. Novamente estas iniciativas foram abortadas ao não obterem aporte financeiro necessário, no primeiro caso por parte da Coroa Lusitana, e no segundo em

³ SIMCH, Carlos Alfredo. *Município de São Jerônimo. Monografia*. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961, p. 192.

relação ao Governo Imperial do Brasil. Os governantes não vislumbravam retorno aos vultosos investimentos necessários para a prospecção do mineral nos moldes do que ocorria na Europa, onde um importante parque fabril exigia o fornecimento do combustível, base energética da industrialização que ocorria no Continente. Entretanto, a busca continuava e, como aponta Simch:

Em 1826 alguns escravos de um Fuão de Freitas, depararam com um afloramento de carvão noutra local do Município, próximo ao Faxinal, entre os atuais 3º e 7º Distritos, à esquerda do Arroio Ibacaru, antigo Arroio Grande ou Divisa. Esta descoberta de escravos ao pé da Serra do Erval, abandonada por quase um quarto de século, ao ser novamente encontrada, veio a tornar-se o verdadeiro ponto de partida da mineração da Hulha no nosso Município.⁴

Passado o conturbado período no qual ocorreu o desenvolvimento da Revolução Farroupilha, surge a mais significativa aposta no carvão rio-grandense. Ao assumir o Governo Provincial em 1852, João Lins Cansação de Sinimbu demonstrara interesse na busca pelo mineral como demonstra Cristina Ennes:

... em 6 de outubro de 1853, o presidente da província, Conselheiro Luiz Vieira Cansação de Sinimbu, em seu relatório à Assembléia, defendia a idéia de incentivar a pesquisa mineral, argumentando que, pela indicação que se tinha das amostras, na localidade de Arroio dos Ratos, o carvão era encontrado após a perfuração de uma finíssima camada de solo. Com essa disposição, o presidente da província obteve permissão e financiamento do governo imperial para uma nova exploração de carvão nas margens do Rio Jacuí.⁵

⁴ Idem. p. 192.

⁵ SILVA, op. cit. p. 42.

O excerto de Simch, apresentado anteriormente, remete ao ano de 1853, quando com o apoio do Governo Provincial, temos a (re)descoberta do minério na região pelo trabalho do explorador inglês James Johnson, conforme aponta Sulzbach:

Foi neste período, e mais precisamente em 1853, que o heróico desbravador inglês James Johnson, hoje tido como pioneiro da mineração de carvão no Brasil, viajando a procura de jazidas de carvão, chegou ao Faxinal, o mesmo local já descoberto anteriormente, do qual fizemos menção acima. E este local situa-se dentro dos atuais limites de Arroio dos Ratos.⁶

Após a descoberta, James Johnson recebeu autorização por parte do Governo Provincial para explorar o carvão na região. A descoberta de Johnson apontava para a possibilidade de sucesso nesta empresa, dada certa experiência do explorador britânico na atividade. Entretanto Johnson não obteve o êxito esperado em face das dificuldades logísticas que se lhe apresentaram nesta fase inicial. O transporte do material escavado era efetuado com a utilização de tração animal deste poço até o porto de embarque em São Jerônimo, perfazendo um trajeto de aproximadamente quarenta quilômetros. Além da longa distância, havia a necessidade de travessia do Arroio dos Ratos, o que se tornava inviável em período de cheias.

Em face destas dificuldades, Johnson lança-se na busca de novas jazidas e encontra carvão na margem oposta do mesmo curso fluvial. Com a considerável diminuição das dificuldades logísticas reacendia perspectiva pela lavra do mineral, mas para tanto, se fazia necessário apoio por parte do Governo Provincial. Neste local, distando agora apenas dezoito quilômetros do porto de embarque no Rio Jacuí e sem a barreira da

⁶ SULZBACH, op. cit., p.50.

travessia do Arroio dos Ratos, iniciava de maneira sistemática a exploração do carvão de pedra na região. Surgia a época da atuação das Companhias Mineradoras.

4.2. AS PRIMEIRAS MINERADORAS E A CONCORRÊNCIA BRITÂNICA

Em 1866, James Johnson obtém concessão do Governo Imperial para exploração da jazida recentemente descoberta e batizada com o nome de Mina de Arroio dos Rato sem alusão ao curso fluvial próximo ao qual se localizava. Em 1872, o explorador britânico retorna de uma viagem à Inglaterra com capitais e um grupo de mineiros patricios recrutados para atuarem na lavra de carvão na região. Em sociedade com Ignácio José Ferreira de Moura, funda a Empresa Imperial Brazilian Collieries C. Limited., sendo esta a primeira companhia a explorar de forma sistemática o mineral em solo rio-grandense. A Companhia obtém concessão para lavra na região por um período de trinta anos, entretanto, como ocorrera anteriormente, a nova empreitada de Johnson não obtém êxito e o ano de 1873 marca seu afastamento da direção da Companhia e de qualquer atividade relacionada à mineração. A Brazilian Collieries atuou por mais cinco anos na prospecção de carvão no local, entrando em processo de falência em 1878.

Mesmo durante o exíguo período de sua existência, a Empresa de Johnson e Moura foi responsável pela construção de uma linha férrea entre a Mina de Arroio dos Ratos e o porto de São Jerônimo. O transporte do mineral, apesar de realizado sobre trilhos, era movido à tração animal. A única amostra material das atividades desenvolvidas por Johnson na região está representada no túnel de entrada de uma galeria aberta pelo explorador britânico na localidade do Faxinal, descoberta em 1984 pela Companhia de

Pesquisa e Lavra Mineral, durante atividades mineradoras desta Companhia no local. A imagem da descoberta ilustra a capa do primeiro livro lançado por Lothar Sulzbach.

Após a falência da Brazilian Collieries, a Holtzweissig e Cia., empresa de capital alemão, adquire os direitos de exploração na região, fazendo uso destes até 1883, quando também abandona a mineração. Durante o curto espaço de tempo de atuação da Companhia, não houve a realização de obras significativas para incremento da exploração do mineral ou mesmo outras visando o melhor escoamento da produção. Esta Empresa também possuía a prerrogativa de exploração do local por um período de três décadas.

Ainda em 1883 o direito de exploração passa para a recentemente criada Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos, que atua durante cinco anos na lavra de carvão no local. Em 1888, a Empresa sofre liquidação judicial. A mineração teve, sob o comando desta Companhia, considerável incremento e o fator primordial para este crescimento foi a construção de novo trecho de ferrovia destinada a ligar os poços de extração de Arroio dos Ratos ao novo ponto de embarque no Rio Jacuí, localizado na localidade de Charqueadas. O transporte agora se fazia com a utilização de locomotivas abastecidas com o próprio carvão em substituição às mulas até então encarregadas do trabalho. O desembarque do material ocorria diretamente sobre as embarcações atracadas no porto através da utilização de um trapiche construído exclusivamente para esta atividade pela Companhia. O curto período de atuação desta Companhia além de marcar o primeiro período de alta produtividade, aponta também para o fortalecimento do interesse imperial pela lavra do combustível em seu território, fato corroborado pela visita da Princesa Isabel à localidade de Arroio dos Ratos em 1885, quando da inauguração de um poço de extração batizado em sua homenagem. A

CMCPAR desfrutava como as antecessoras de exclusividade de lavra na região por igual período de trinta anos e foi a primeira empresa atuante na extração do *ouro negro* composta com capital majoritariamente nacional. Deste período restam raros aportes materiais, como por exemplo, a entrada de um poço minerador localizado próximo ao portão de acesso ao Museu do Carvão.

Não foi apenas o pequeno período de existência que merece ser apontado como característica comum às três Companhias que durante dezesseis anos prospectaram o carvão mineral no subsolo da região, embora esta mereça destaque tendo em vista que a soma de atuação das três empresas atingiu a metade do período destinado individualmente a cada uma delas. Além de lutarem com graves dificuldades logísticas que encareciam sobremaneira o carvão nacional, a concorrência com o produto britânico, com larga utilização e aceitação no mercado brasileiro, era outro ponto que deve ser citado como culpado pela caótica situação financeira, que culminou com a falência das três companhias. Eugene Dahne, engenheiro que trabalhou na CMCPAR, tendo sido com a liquidação desta realocado na direção da Companhia que a substituiria, aponta para a difícil luta contra o carvão inglês:

...as minas de carvão de Arroio dos Ratos não podiam deixar de prosperar, e de recompensar a Empresa que com tanto zelo se animou a arriscar seus capitães para vencer os obstáculos e levar esta industria á altura que alcançou, senão tivesse sobrevindo, infelizmente, ainda um obstáculo, cuja remoção não está ao alcance da Companhia: é o preço do carvão inglez que não permite ao carvão nacional concorrer com vantagem, além da encarniçada opposição que ainda se encontra, principalmente no sul do Estado, á sua introduccão, opposição esta instigada e estimulada pelos negociantes de carvão inglez, cujos interesses acham-se em perigo com a introduccão do carvão nacional.⁷

⁷ Dahne, 1893 apud SILVA, 2007, p.64.

Ao citar a *encarniçada oposição* que o carvão nacional sofria dentro do próprio território gaúcho, remete para a forte influência dos fornecedores do mineral britânico como sendo um impeditivo à inserção do produto local no mercado. Esta oposição era instigada, segundo o autor, pela divulgação de relatórios nos quais o carvão gaúcho era apresentado como sendo de qualidade inferior ao produto importado. Avaliações posteriores viriam comprovar a superioridade do carvão inglês em relação ao produto local, mas no último quarto do Século XIX a insurgência contra o domínio do produto britânico era prática recorrente pelas companhias mineradoras que apresentavam seu produto como capaz de suprir inteiramente a demanda pelo combustível no Brasil. A tentativa de imposição ante os fornecedores do mineral inglês foi infrutífera para as três primeiras companhias mineradoras que tiveram neste concorrente um obstáculo intransponível segundo aponta Dahne. Caberia à quarta Empresa a prospectar o solo da região o mérito de sobreviver e expandir-se mesmo ante a concorrência do mineral britânico. Começava o período de atuação da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo.

4.3. CEFMSJ: SOLIDIFICAÇÃO E LEGADO PATRIMONIAL

A quarta empresa a prospectar o solo da região em busca de carvão foi a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo que iniciou suas atividades no ano de 1889. Pode-se afirmar que sob a égide desta Companhia encerrava-se a fase experimental da exploração do mineral, visto que esta Empresa se notabilizaria pela longevidade, alta produtividade e diversificação nos investimentos. O aspecto temporal chama atenção já que a CEFMSJ atuou na lavra em Arroio dos Ratos até a década de cinquenta, quando se encerraram as atividades mineradoras no local.

Assim como ocorrera com suas antecessoras, a Companhia sofreu forte concorrência do mineral britânico durante a quase totalidade de suas atividades mineradoras. Fato comprobatório da importância da presença do mineral inglês dentre as importações brasileiras, encontramos em Sulzbach, quando aponta para o incremento da produção do carvão rio-grandense justamente no período da Primeira Grande Guerra, quando a produção do mineral oriunda das minas da região do Baixo Jacuí foi responsável por suprir o mercado nacional do combustível em face da escassez do produto importado da Europa, notadamente da Grã-Bretanha:

Neste período expandiu-se sensivelmente a extração de carvão e sua comercialização. Novas sondagens foram efetuadas e novos poços abertos. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918, a extração do carvão atingiu um índice crescente e volumoso, em razão da falta do carvão estrangeiro e do petróleo importado.⁸

Outro aspecto propulsor ao consumo do carvão da região foi sua utilização, a partir de 1920, nas locomotivas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, encampada pelo Governo do Estado. O mineral passava a ter e não sem luta contra o concorrente britânico, garantia de consumo junto ao poder público por obra de forte campanha da CEFMSJ pelo reconhecimento do produto nacional, sempre envolvido em polêmicas sobre a conveniência ou não de sua utilização em virtude de ser um produto de qualidade inferior ao carvão inglês.

Com o incremento da produção e a perspectiva de manutenção do consumo através de medidas protecionistas do Governo do Estado, a indústria mineradora consolidava sua atuação na região e os reflexos deste crescimento eram observáveis através da

⁸ SULZBACH, op. cit., p. 53.

criação de um aparato material que visava o crescimento da produção do mineral, seu beneficiamento e distribuição. Enquanto novos poços de extração eram abertos em Arroio dos Ratos, surgia uma significativa povoação ao redor dos mesmos, composta na sua maioria por casas de aspecto humilde das famílias dos mineiros. Além da migração de moradores de cidades vizinhas, o local recebeu também uma importante leva de trabalhadores europeus nas duas primeiras décadas do Século XX. Poloneses e espanhóis foram os dois grupos mais numerosos a cruzarem o Atlântico para trabalharem nas jazidas carboníferas da região.

Além de fatores externos, como a encampação da Viação Férrea pelo Governo de Borges de Medeiros e da eclosão da Primeira Guerra Mundial, um redirecionamento da postura desta Companhia em relação ao poder público também foi importante fator a impulsionar a produção e consumo do carvão extraído na região. A CEFMSJ passava a buscar a inserção do carvão gaúcho no mercado nacional pleiteando medidas protecionistas por parte dos governantes. Entretanto, a busca por estas medidas será analisada em capítulo específico.

Observa-se desta forma, no primeiro terço do Século XX, a formação de um cenário favorável ao crescimento acelerado da produção e consumo do carvão mineral gaúcho. Com o aumento constante da produção, principalmente a partir do início da Primeira Guerra, foram sentidos na região os reflexos deste *boon* produtivo. Datam da terceira década do Século XX grande parte dos remanescentes materiais tombados e componentes do complexo do Museu Estadual do Carvão. Merece destaque o conjunto formado pelas oficinas da CEFMSJ, o poço de resfriamento e o prédio da Usina Termoelétrica, a primeira a ser construída no Brasil. Esta década representa, através do importante legado material, o tempo áureo da criação de uma infra-estrutura voltada

para a otimização do processo extrativo do mineral e também em relação ao seu aproveitamento junto ao próprio local de extração. Outro período de grande produtividade e consumo do carvão, a década de quarenta, viria a deixar outro expressivo aparato patrimonial. A diferença ocorreria em relação à destinação das construções e também no que dizia respeito aos objetivos visados, já que não se tratava agora de incrementar o processo produtivo e sim criar condições para permanência do trabalhador na localidade onde ocorriam as atividades mineradoras. Este ponto, entretanto, será posteriormente analisado no presente estudo.

5. O AUGÉ

5.1. O PROTECIONISMO AO CARVÃO GAÚCHO

Desde sua criação, a CEFMSJ transforma o diálogo até então mantido com o poder público e passa a agir de forma mais incisiva na defesa da *causa do carvão local*. Coube a Eugene Dahne, engenheiro da Companhia, ser o primeiro representante dos interesses da Empresa junto aos governantes. Dahne atuou de forma combativa perante o poder público, apresentando a Companhia como uma lutadora solitária pela causa do mineral gaúcho. As campanhas difamatórias direcionadas ao mineral rio-grandense, as dificuldades logísticas e a negligência dos governantes em relação à forte concorrência do mineral britânico formavam um quadro caótico para a atividade mineradora da região e serviam para que a Empresa passasse a ser apresentada para a população como vítima de um processo no qual pretendia atuar como protagonista apresentando-se como capaz de suprir o mercado brasileiro com carvão extraído do subsolo da região, relegando ao produto importado uma ínfima parcela do mercado. Em uma destas tentativas de abrir espaço ao mineral gaúcho, pleiteia Dahne:

Á vista da má vontade e da perseguição de que era alvo, e querendo desmentir os boatos adrede espalhados no sentido de prejudicial-a, a Companhia officiou ao Presidente pedindo para iluminar esta cidade por cinco dias com o carvão nacional, afim do público conhecer a verdade. Desde então o procedimento que tem tido o representante da Companhia de Gaz, suggerindo toda a sorte de embargos para as experiências projectadas, demonstrou evidentemente a sua firme intenção de não utilizar-se do carvão nacional.⁹

No excerto acima observamos o discurso de vitimização da Companhia proferido pelo Engenheiro, apontando que a Empresa por ele representada sofria o descrédito por

⁹ Dahne, 1893 apud SILVA, p.68.

parte daqueles agentes que deveriam ser seus principais colaboradores, os consumidores em potencial para o seu produto. A reclamatória de Dahne surte efeito e o Governo Provincial determina que a Companhia de Gaz utilize o carvão gaúcho como matéria-prima desde que este apresentasse condições favoráveis à produção de energia. Para a análise da pertinência do uso do mineral foi designado o Engenheiro Azevedo Sodré que, após análises no produto, aprova sua utilização na produção de energia elétrica. Era o primeiro passo no sentido de proteger o carvão nacional.

Como também foi apontado, outro fato que trouxe considerável incremento à produção de carvão mineral na região foi a encampação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Até 1920, a concessão de arrendamento era prerrogativa da Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer Du Brésil, empresa de capital belga, que utilizava prioritariamente o carvão inglês em suas locomotivas. A partir da encampação ocorrem estudos voltados à adaptação das locomotivas para a queima do carvão nacional obtendo deste um maior rendimento. A primeira medida governamental efetiva buscando a substituição do carvão importado pelo nacional nas fornalhas dos trens brasileiros ocorre em 1923, através de projeto de lei do Deputado Americano do Brasil determinando que desde aquela data todas as locomotivas adquiridas pela União deveriam utilizar o mineral brasileiro. No mesmo sentido, o decreto-lei 20.089 de 09 de junho de 1931 estabelecia:

Artigo 6º - As locomotivas que foram importadas por quem quer que seja, inclusive pelos governos federal, estadoes e municipaes, deverão ter aparelhamento adequado à utilização do carvão nacional. Para esse fim os Ministerios da Marinha, Viação e Agricultura fixarão os typos e características especiaes que deverão conter essas locomotivas, determinando posteriormente o Governo da União, por decreto, a data em que começará a exigibilidade dessa obrigação.¹⁰

¹⁰ RIO DE JANEIRO. Decreto 20.089, de 09 de junho de 1931. [MCAR].

Complementando o apoio à indústria mineradora, no ano de 1931 foram adquiridas pelo Governo do Rio Grande do Sul dez locomotivas já adaptadas para a queima do carvão mineral nacional. Esta medida oportunizou um considerável incremento na produção e comercialização do material produzido nas minas de Arroio dos Ratos e Butiá. Em contrapartida, através de forte campanha publicitária nos jornais da época, o Governo posicionava-se como defensor da causa do mineral nacional. O consumo do carvão por parte da Viação Férrea obedeceu a uma curva ascendente constante a partir da segunda metade da década de vinte, com exceção feita ao período sob influência dos efeitos da crise financeira de 1929.

No período entre guerras, empréstimos financeiros e a abertura de linhas de crédito por parte dos poderes públicos também vieram fortalecer a indústria mineradora nacional. Entretanto, nenhuma outra medida governamental trouxe maior significação para o crescimento das atividades mineradoras que a implementação de leis que definiam a obrigatoriedade de consumo do carvão brasileiro por parte de indústrias nacionais que até então consumiam o produto importado da Europa. A criação destas medidas legais de obrigatoriedade de consumo para as empresas brasileiras constituiu-se em um ponto nevrálgico para a indústria mineradora brasileira e neste aspecto ocorre uma convergência de interesses com a política de industrialização através da substituição de importações desencadeada durante o Governo Vargas, além de representar melhoria na balança comercial brasileira. Cristina Ennes aponta a criação deste aparato legal:

O Decreto 20.889, de 09 de junho de 1931, estabelecido pelo governo provisório, indicava que o percentual mínimo de consumo do carvão nacional não poderia ser inferior a 10% em relação ao produto estrangeiro. Em 1936, o Decreto 1828, de 21 de julho, veio como um significativo reforço para os empreendimentos ligados à mineração, pois, em seu conteúdo, alterava a obrigatoriedade da compra de carvão nacional da proporção de 10% para 20%.¹¹

¹¹ SILVA, op. cit., p. 105.

Em contrapartida a estas medidas que eram um importante avanço dentro das pretensões de expansão da indústria carbonífera, foram criadas outras que permitiam diminuir o impacto da obrigatoriedade de consumo para as empresas consumidoras do mineral. Desta forma, o artigo 7º do Decreto 20.889 concedia isenção de taxas de importação para empresas que adquirissem qualquer tipo de máquina adaptada ao consumo exclusivo de carvão brasileiro. O crescimento produtivo obtido pelo setor minerador a partir de então, comprovava que somente com medidas protecionistas do poder público, a indústria carbonífera nacional podia fazer frente aos exportadores britânicos. Uma nova era iniciava para a indústria extrativa de carvão mineral na região do Baixo Jacuí e criação do CADEM, acompanhada pelo aumento vertiginoso na produção do *ouro negro* na região seriam os dois principais pilares de sustentação do período áureo da indústria carbonífera nacional.

5.2. A CRIAÇÃO DO CADEM E O ÁPICE PRODUTIVO

Em 1932 o Grupo Martinelli adquiriu o direito de exploração das jazidas de Minas de Butiá tendo como Diretor o Engenheiro Roberto Cardoso. Com destacada atuação nas questões administrativas do Grupo, Cardoso se notabilizaria também por sua atuação como representante da causa do carvão junto às esferas governamentais. Sua primeira atuação de destaque em prol da indústria carbonífera foi a articulação para a criação do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM.

Em 23 de junho 1936 ocorre a criação do CADEM, formado pela Companhia Carbonífera Rio-Grandense e pela Companhia Estrada de Ferros e Minas São Jerônimo. A direção do CADEM ficou a cargo de Roberto Cardoso e para a formação do capital do consórcio, a CEFMSJ participava com 20 milhões de cruzeiros enquanto a

Companhia Carbonífera Rio-Grandense entrava com um total de 10 milhões. Definiu-se que as responsabilidades legais e os dividendos auferidos a partir de então, seriam proporcionalmente divididos de acordo com o capital participante de cada empresa. A criação do consórcio surgia, ainda em 1936, como providencial como aponta Simch:

O acerto da medida não se fez esperar: nos primeiros dias de outubro deste ano (1936) uma inundação sem precedentes na planície e vale do Arroio dos Ratos, represado pelo Rio Jacuí que transbordara, ocasionou rápida e violenta penetração das águas no subsolo das minas de São Jerônimo, por um dos poços de extração, paralisando completamente todas as atividades...¹²

Como a administração das minas obedecia agora a uma mesma direção, o maquinário e o pessoal impossibilitado de descerem às galerias inundadas do principal poço extrativo de Arroio dos Ratos foram transferidos para as atividades similares em Butiá. O processo de esgotamento das galerias foi concluído após seis meses. Comprovando o acerto na criação do Consórcio, verificou-se um significativo incremento da produção em Butiá, que agora colocava no mercado a mesma quantidade fornecida conjuntamente com as minas temporariamente inutilizadas. Com a recuperação das galerias e o conseqüente retorno de máquinas e mineiros para Arroio dos Ratos, ocorre um gradativo aumento na produção de carvão nos anos seguintes com reflexos no nível de vida da sociedade local.

Este quadro que se mostrava bastante favorável à indústria carbonífera, teve ainda outro fator a fomentar as atividades mineradoras: a eclosão da Segunda Grande Guerra. Com o início do conflito e o fim das importações do minério vindo da Europa, competia ao produto nacional suprir a demanda crescente da indústria nacional. Cabe lembrar

¹² SIMCH, op. cit., p 211.

ainda que o produto era considerado vital para a segurança nacional em períodos de conflitos bélicos e sua extração e distribuição durante o período de ocorrência da Segunda Guerra sofreu rígido controle por parte do poder público. A tabela abaixo retrata o quadro de crescimento na produtividade do mineral:

TABELA 1: Produção de carvão do Rio Grande do Sul em toneladas. 1930/1943

1930	338.103.465
1931	409.918.295
1932	447.492.455
1933	524.668.115
1934	577.228.970
1935	67.416.535
1936	525.028.955
1937	656.712.835
1938	728.715.940
1939	834.621.645
1940	1.058.403.130
1941	1.060.711.960
1942	1.310.133.260
1943	1.340.650.220

Fonte: Relatório Estatístico do CADEM: “Companhia Carbonífera Rio-Grandense e Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”. 1944. [MCAR/ACES]

Como podemos observar, ocorreu uma convergência de fatores para que houvesse este *boom* da mineração de carvão a partir da década de trinta. A criação de medidas de

obrigatoriedade de consumo, o redirecionamento da política industrial brasileira a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a Segunda Grande Guerra são motivadores deste crescimento. Entretanto, pode-se afirmar que foi a criação do CADEM e a administração unificada das minas do Baixo Jacuí que permitiu, através de uma padronização dos meios de produção e administração, reorganizar e alavancar a indústria carbonífera na região. A importância do Consórcio para a região não ficaria, entretanto, restrita aos aspectos produtivos do *ouro negro*. O CADEM assumiu, desde sua criação, um protagonismo incontestável dentro da evolução social e histórica da região como será analisado na seqüência.

5.3. A ATUAÇÃO DO CADEM E O LEGADO PATRIMONIAL

Com a criação do CADEM e a proeminência de Roberto Cardoso no papel de liderança do consórcio, observamos uma mudança nos rumos da relação mantida pelas companhias mineradoras com o poder público. O diálogo até então marcado por constantes cobranças das empresas por medidas protecionistas e por buscar apresentar-se à sociedade como vítimas da negligência governamental para com o setor minerador rumava agora para um emparelhamento de interesses entre governos e o CADEM na busca pelo progresso nacional, que tinha no carvão um dos seus pilares. Esta relação em inúmeras oportunidades assumia um caráter personalista no qual as ações são apresentadas como sendo obra das lideranças envolvidas. Esta personificação, propalada rotineiramente nas falas de Cardoso, ocorria tanto no que se refere à sua própria atuação frente ao CADEM como em relação aos governos estadual e federal. O relatório elaborado por Roberto Cardoso e apresentado aos acionistas da Companhia Carbonífera

Rio-Grandense em 1932, antes mesmo da criação do consórcio, já evidenciava a nova postura:

Devemos acrescentar que o illustre Chefe do Governo Provisório sempre empenhado em desenvolver a produção nacional, tem dado toda a sua benevolente atenção aos projectos que lhe temos submetido, no sentido de ampliar o consumo do nosso combustível, sem, aliás, ferir interesses de terceiros, como sempre temos procurado fazer.¹³

A glorificação dos governantes não ficava restrita à figura de Getúlio Vargas. Na esfera regional, merece enfoque a criação de um prêmio de destaque escolar no âmbito das localidades mineradoras de Arroio dos Ratos e Butiá batizado como Prêmio Flores da Cunha. A concessão garantia matrícula para a Faculdade de Engenharia em Porto Alegre ao aluno escolhido. Percebia-se desta forma que o prêmio visava não apenas homenagear a liderança regional, mas também dar condições de formação profissional a um morador da região, que possivelmente atuasse nas próprias Companhias após a conclusão dos estudos, oportunizando a estas o retorno do capital investido.

Paralelamente ao ápice produtivo e ao enaltecimento dos agentes governamentais, o período de atuação do CADEM na região ficou notabilizado pela criação de uma infraestrutura mínima de prestação de serviços básicos à população local. A preocupação com a permanência dos empregados nas vilas mineradoras incutiu na direção das Companhias a idéia de que era necessário fornecer-lhes condições mínimas de vida para que estas, atraídas pelos benefícios, se submetessem a desempenhar uma atividade considerada de alto risco. Neste sentido, a atuação do Consórcio buscava complementar

¹³ RIO DE JANEIRO. Relatório da Companhia Carbonífera Rio Grandense das Minas de Butiá. Apresentado em Abril de 1933 referente ao exercício 1932. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO 18041933 Slide 1933 (60). [MCAR/ACES]

a presença insuficiente do poder público municipal ou mesmo substituí-la, como ocorria na maioria das oportunidades.

Uma destas medidas assistencialistas do CADEM foi a concessão de moradias aos trabalhadores da mineração. Com o fortalecimento da indústria carbonífera na região e a crescente demanda por mão de obra já a partir do início do século XX, levadas de trabalhadores de localidades próximas e também um grande número de imigrantes europeus buscavam trabalho das minas de Arroio dos Ratos. A população crescente de trabalhadores requeria moradia e esta necessidade não passou despercebida pelas mineradoras. As casas eram construídas com a utilização de materiais e mão-de-obra fornecidos pelas companhias. Havia também uma equipe encarregada da manutenção destas residências. Em troca do direito à moradia, os trabalhadores das companhias pagavam um valor simbólico a título de aluguel. Posteriormente tinham a opção pela aquisição do imóvel, com valores também sempre abaixo do mercado. Sulzbach apresenta o processo:

Nos tempos idos estas moradias eram quase sempre de pau a pique, cobertas de sapé, havendo algumas cobertas de telhas e caiadas. Posteriormente, construíram-se casas isoladas e casas geminadas, umas de madeira, outras de alvenaria. Estavam em uso também as chamadas “repúblicas”, i.é., casas agrupadas, baixas e cumpridas, divididas internamente em quatro ou cinco residências. Elas eram, igualmente, ou de madeira ou de alvenaria.¹⁴

As primeiras destas construções mencionadas por Lothar Sulzbach predominaram até a década de 20. A partir dos anos 30, os imóveis passam a ser erigidos nas modalidades de casas isoladas com terrenos amplos, disponibilizadas para os mineiros que possuíam família numerosa e as repúblicas, que se constituíam em prédios de alvenaria

¹⁴ SULZBACH, op. cit., p. 33.

construídos e divididos lateralmente para serem utilizados por trabalhadores solteiros. Todas estas construções eram erguidas próximas aos poços de extração de carvão, formando as vilas mineiras como ficaram conhecidas as localidades de Arroio dos Ratos, Butiá e posteriormente Minas do Leão. Dos modelos construídos desde a década de 30 existem em Arroio dos Ratos ainda alguns exemplares, estando todas ocupadas atualmente. Dentre as repúblicas, que são aquelas que melhor simbolizam a prática de construção de moradia pelas companhias mineradoras, restam apenas cinco, sendo que todas elas passaram por sucessivas reformas que descaracterizaram totalmente os projetos iniciais. Nem mesmo o poder público mostrou-se interessado na manutenção destes remanescentes patrimoniais da época áurea da indústria mineradora local. Em meados da década de oitenta, a maior destas construções, localizada na principal rua da cidade, foi demolida para a construção de uma praça no local, sendo as famílias então ocupantes dos imóveis realocadas em outros pontos do município. Na imagem que segue, observa-se a existência de moradias erguida pelo consórcio:



Figura 01: Vila de mineiros – Década de 30.¹⁵

¹⁵ Arquivo particular de Enio José Marques dos Santos apud SILVA, p. 242.

Outra ação do CADEM foi a construção, no início da década de 40, de um hospital em Arroio dos Ratos. O prédio teve o início de suas obras em 1941 com a inauguração ocorrendo no ano seguinte. Cristina Ennes destaca a preocupação de Roberto Cardoso em relação à assistência médica na região:

A construção do hospital era, segundo Roberto Cardoso, uma necessidade regional prioritária, pois a inexistência de um local ou mesmo de pessoas especializadas que pudessem atender às situações de emergência se tornava um problema numa região onde predominava a realização de uma atividade econômica de alta periculosidade.¹⁶

O prédio erguido foi financiado com recursos do CADEM e sua entrada em funcionamento foi amplamente divulgada na imprensa do Estado e mesmo em jornais do centro do País. A divulgação seguia a mesma lógica de dar ênfase às melhorias proporcionadas pelo Consórcio aos moradores do local como supridora das necessidades básicas de uma população carente de um mínimo de infra-estrutura. Além do erguimento do amplo prédio, era noticiada à época a aquisição de uma ambulância que ficaria encarregada do transporte de doentes até Porto Alegre, caso seu atendimento não pudesse ser realizado nas dependências do Hospital Sarmiento Leite, como foi batizado. Dois anos após a inauguração, o complexo hospitalar recebeu significativo aumento físico com a construção e inauguração de um setor de maternidade e puericultura, que recebeu o nome de Maternidade Henriqueta Cardoso em homenagem à mãe de Roberto Cardoso. Na figura seguinte observamos uma comitiva na inauguração do Hospital. À frente do grupo, Roberto Cardoso com o chapéu na mão:

¹⁶ SILVA, op. cit., p. 260.



Figura 02: Inauguração do Hospital Sarmiento Leite – 1942.¹⁷

O hospital recebeu moderno aparelhamento, tornando-se referência em atendimento médico na região. O corpo funcional era composto por médicos e enfermeiros também contratados pelo CADEM. Esposas de médicos e de engenheiros das minas atuavam como auxiliares na maternidade. A administração do Hospital foi entregue às Irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Maria. Durante o período em que as religiosas estiveram à frente da administração do complexo hospitalar, o alto nível de prestação de serviços foi mantido e o saudosismo da população local em relação ao período áureo do Hospital fica explícito em Sulzbach:

Um fato doloroso e de tristes consequências para a população local foi a retirada das Irmãs do Hospital, acontecido a 20 de setembro de 1969. Com este fato e outros mais, o referido hospital caiu em decadência, e hoje está deixando muito a desejar, sob todos os aspectos, e jamais foi o que fora sob a manutenção do CADEM e a presença das religiosas.¹⁸

¹⁷ Arquivo particular de Enio José Marques dos Santos apud SILVA, p.258.

¹⁸ SULZBACH, op. cit., p. 122.

Ainda que consideremos a simpatia com que Padre Lothar certamente visualizava a administração religiosa do Hospital, é de conhecimento amplo na localidade que tanto o término das atividades mineradoras na região e, portanto das ações do CADEM, como o afastamento da Congregação do comando do complexo hospitalar trouxeram prejuízos evidentes no atendimento médico à população. Com pequenas reformas que não chegaram alterar a estrutura do prédio, o Hospital, atualmente conhecido como Instituto de Saúde e Educação Vida Arroio dos Ratos permanece atendendo a população local, embora sem as desejadas condições materiais de funcionamento. O amplo prédio, entretanto, ainda testemunha a preocupação assistencial do CADEM para com seus trabalhadores.

Outra amostra das ações de melhoramento da infraestrutura da localidade de Arroio dos Ratos desenvolvida pelo Consórcio e que demonstra mais um aspecto da preocupação com as condições sanitárias na região foi o fornecimento de água tratada à população.

Até meados da década de 40, a população fazia utilização de água retirada de poços escavados para tal finalidade. A água utilizada não recebia tratamento adequado o que era apontado como um dos principais fatores para o alto índice de mortalidade infantil na região e da existência de doenças evitáveis com a utilização de água encanada e devidamente tratada. Em face deste quadro, em 1944 ocorre a construção de tanques para tratamento e de uma ampla rede de distribuição de água em grande parte da área urbana de Arroio dos Ratos. A seriedade com que o Consórcio tratava das medidas de assistência à população local e também como forma de demonstrar o poderio financeiro do mesmo fica evidente se observarmos que o então Terceiro Distrito de Arroio dos Ratos obteve a distribuição de água tratada antes mesmo da Sede do Município, que

somente usufruiu deste benefício na década seguinte e através de medidas governamentais. Os tanques de decantação da Unidade de Tratamento de Água construída pelo CADEM, posteriormente transferida à Companhia Riograndense de Saneamento, foram utilizados durante meio século, sendo desativados após este período com a construção de uma nova Unidade de Tratamento. Os remanescentes materiais dos tanques construídos pelo CADEM permanecem em boas condições de conservação embora medidas que visassem sua preservação e tombamento não fossem encaminhadas tanto pelo poder público municipal como pela CORSAN. Abaixo imagem da antiga unidade de tratamento:



Figura 03: Unidade de Tratamento de Água construída pelo CADEM - 2013¹⁹

Finalizando a apresentação das medidas assistenciais do CADEM cabe afirmar que também a preocupação com a educação esteve na pauta do Consórcio durante o auge da atividade mineradora na região. Até a década de quarenta, conforme aponta Cristina Ennes:

¹⁹ Arquivo do Autor, 2013.

A educação formal não era percebida como uma prioridade para as sociedades mineiras, pois não dependiam dela para garantirem os meios de subsistência. Para ser um mineiro de subsolo, com rendimentos superiores aos dos trabalhadores de superfície, não era necessário ter freqüentado nenhum tipo de curso. Aliás, não havia, nem ao menos, a necessidade de ser alfabetizado, pois todo o trabalho realizado precisava da prática, como já dissemos anteriormente.²⁰

A mudança na forma de tratar a educação formal ocorreu com o plano de assistência social de Roberto Cardoso. Através de proposição de Cardoso, o Consórcio firmou um convênio com o SENAI visando à implantação de escolas técnicas nas localidades de Arroio dos Ratos e Butiá. As negociações entre as partes iniciaram-se no ano de 1943. Após solicitações do CADEM, representantes do SENAI elaboraram um plano para a construção de duas escolas profissionalizantes, uma em Arroio dos Ratos e outra em Butiá. O ensino seria direcionado às atividades industriais realizadas na região e que poderiam desenvolver-se dentro do quadro funcional das companhias mineradoras. Após o levantamento das necessidades locais, ficou definido que caberia ao Consórcio a construção dos prédios das escolas e a manutenção dos mesmos sendo ao SENAI destinada a parte operacional das escolas com a execução das atividades didáticas.

Desta forma, em 1944 os jornais do Estado dão ampla divulgação à inauguração em Arroio dos Ratos da Escola Profissionalizante Engenheiro Luiz Betim Paes Leme. O local oferecia inicialmente vaga a duzentos alunos, em sua grande maioria, filhos de mineiros do local. Atuante na região durante o período em que o CADEM prospectou o solo de Arroio dos Ratos, a Escola não sobreviveu ao término das atividades mineradoras no local, vindo a encerrar suas atividades na década seguinte. Como já ocorrera em relação à Unidade de Tratamento de Água, também o prédio erguido pelo Consórcio teve suas dependências utilizadas pelo poder público após o fim da

²⁰ SILVA, op. cit., p.288.

mineração. O prédio abriga desde a emancipação de Arroio dos Ratos a Prefeitura Municipal, tendo sido respeitadas suas principais características arquitetônicas desde então. As imagens a seguir demonstram duas fases da utilização do prédio erguido em 1944.



Figura 04: Escola Profissionalizante Engenheiro Luiz Betim Paes Leme - 1944²¹



Figura 05: Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos – 2013²²

²¹ Arquivo particular de Enio José Marques dos Santos apud SILVA, p. 298.

²² Arquivo do autor, 2013.

Nas imagens acima fica visível que pequenas alterações na fachada foram executadas do prédio onde atualmente atua o poder executivo municipal. Nem mesmo o telhado foi alterado, mantendo o modelo francês muito difundido na região. Ao fundo da primeira imagem observa-se a presença do complexo minerador hoje transformado no Museu Estadual do Carvão.

A apresentação destes legados materiais da indústria mineradora demonstra a capacidade do CADEM de suprir necessidades básicas da população da região na ausência de atuação do poder público. No capítulo final será analisada a derrocada da atividade mineradora com suas conseqüências para a sociedade local, o papel do Museu do Carvão como formador da identidade local e a representatividade material do ciclo minerador que não se restringe ao espaço museológico.

6. O DECLÍNIO

6.1. A CRISE FINAL

Como já apontado, a conjugação de uma série de fatores ocorridos entre o início da década de trinta e meados da década de quarenta ocasionou o ápice produtivo da indústria carbonífera na região do Baixo Jacuí com acentuados reflexos sociais nas localidades nas quais ocorria a prospecção do minério. A atuação do CADEM em Arroio dos Ratos e Butiá supria a ausência do poder público na prestação de serviços básicos às populações locais, tornando estas localidades favorecidas pelas benesses oferecidas e ao mesmo tempo criando um vínculo de dependência destes locais em relação ao Consórcio. Vale mencionar que a CEFMSJ era proprietária de grande parte da área da localidade de Arroio dos Ratos. Como prova desta situação, uma pequena parte do local era conhecida como Vila Liberal (nome que conserva até hoje) pelo fato de não estar compreendida entre as possessões da Companhia Mineradora. A região externa à área de domínio da CEFMSJ e posteriormente administrada pelo CADEM não gozava os mesmos benefícios destinados aos moradores do perímetro pertencente à Companhia. Em contrapartida, a região sob a égide da Companhia sofria um rígido controle exemplificado pela inexistência de bares, tendo em vista que o alcoolismo era uma prática proibida aos mineiros.

O término da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente retomada das importações de materiais, em especial do carvão europeu, foi um golpe na indústria mineradora da região. O mineral nacional que durante o conflito internacional mantivera a exclusividade no abastecimento do mercado interno voltava a sofrer a concorrência do carvão britânico. A Inglaterra, até então envolvida na guerra, assumia uma postura comercialmente agressiva e a retomada dos antigos mercados importadores fazia parte

da política de recuperação econômica. A exportação de carvão constituía-se em agente propulsor deste processo.

A concorrência com outras fontes de energia também foi responsável pela crise instaurada no setor carbonífero a partir da segunda metade da década de quarenta. No final da década, ocorre a gradativa substituição do carvão pelo óleo diesel como combustível utilizado nas locomotivas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, sendo que ao término da década seguinte já não ocorre a utilização do mineral gaúcho no transporte ferroviário. O período marca também o crescimento da utilização de energia originária de usinas hidrelétricas. A eletricidade gerada a partir dos cursos fluviais trazia a vantagem de utilizar-se de uma fonte renovável e não poluidora. Além disto, a vasta malha hídrica brasileira permitia a construção de usinas em quase todo o território nacional. A massificação de uma campanha pelo domínio da produção nacional do petróleo e a possibilidade de utilização de uma fonte renovável e não poluidora, faziam com que estas matrizes energéticas adquirissem junto à opinião pública uma simpatia jamais obtida pelo carvão, constantemente envolto em dúvidas quanto à sua qualidade.

Outro aspecto complicador para a indústria carbonífera foi o fim do Estado Novo. Como apontado anteriormente, a partir da ascensão de Roberto Cardoso ao cargo de dirigente máximo do CADEM, observamos uma convergência de discursos entre o setor minerador e o governo federal. Cardoso buscou uma aproximação com as lideranças políticas estaduais e nacionais através do enaltecimento destes agentes como promotores do progresso nacional. A indústria carbonífera apresentava-se como aliada neste processo e por este motivo se permitia pleitear medidas protecionistas dos governantes que de fato ocorreram, sendo de grande importância para a mineração gaúcha. Com o final dos governos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha, personagens sempre retratados

por Cardoso como apoiadores da causa do carvão gaúcho, verifica-se um maior distanciamento entre a direção do CADEM e os novos governantes. Ante o avanço de outras fontes de energia, as novas lideranças políticas não assumiam o mesmo compromisso em defesa do carvão como ocorrera anteriormente e a indústria carbonífera demonstrava estar ciente do novo e caótico quadro que se lhe apresentava.

Por fim, outro fator que contrariava os interesses das companhias mineradoras foi a política trabalhista de Vargas, através da implantação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Cristina Ennes aponta os reflexos da CLT na indústria mineradora:

No tocante à indústria carbonífera, além das questões de caráter geral, que atingiram a indústria como um todo, houve elementos específicos que enfocaram diretamente as atividades de mineração de carvão. Esses elementos, associados à conjuntura mundial – final da Segunda Guerra mundial – e à conjuntura nacional – desenvolvimento de indústrias combustíveis concorrentes do carvão – contribuíram para a geração de uma crise da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul.²³

A determinação de dissídio coletivo para aumento salarial foi um dos fatores que trouxe prejuízos aos interesses das mineradoras, entretanto, foram as determinações quanto a faixa etária dos trabalhadores e a redefinição da jornada de trabalho que mais diretamente atingiram o setor. Pelo novo texto, definia-se que o trabalho desenvolvido em atividades no subsolo era prerrogativa exclusiva de trabalhadores com idade entre 21 e 50 anos. Como as atividades mineradoras exigiam constante renovação de pessoal, a utilização de mão-de-obra de jovens com idade inferior a 21 anos era rotineira. Eles inicialmente atuavam como aprendizes, sendo posteriormente efetivados como mineiros. A falta de opções na região direcionava os novos trabalhadores para uma

²³ SILVA, op. cit., p. 176.

atividade perigosa, mas que não exigia qualquer escolaridade formal. Na outra ponta do problema, as Companhias consideravam que os mineiros que atingiam a idade de 50 anos estavam ainda aptos para o trabalho. O CADEM alegava que os dois grupos excluídos estavam na base da renovação da indústria, pois os mineiros mais velhos eram encarregados do ensino prático do trabalho aos jovens ingressantes.

No tocante à jornada de trabalho, as atividades até então desenvolvidas em turnos não inferiores a oito horas de trabalho no subsolo, passavam a ter um limite de seis horas, sendo que para o computo destas, era considerado desde o momento em que o mineiro chegava à entrada do poço. Com a nova regra surgia a necessidade de criação de um quarto turno de trabalho com um custo dispendioso e sem previsão de retorno correspondente. Antes mesmo que estas medidas fossem efetivadas, Roberto Cardoso oficia à Vargas solicitando a revisão do aparato legal. Após várias tratativas e já com a CLT em vigor, o objetivo de Cardoso foi apenas parcialmente alcançado. A jornada de trabalho foi colocada em prática como prevista no texto, em contrapartida, foram readmitidos trezentos trabalhadores dispensados em função da faixa etária. A permissão era restrita aos mineiros que estavam em atividade quando da entrada em vigor da nova lei, sendo vedada a contratação de novos trabalhadores nestas condições. Esta concessão paliativa não alterava o quadro de crise instaurado na indústria carbonífera, prenúncio do final de um ciclo secular de atividade mineradora na localidade de Arroio dos Ratos.

6.2. O FINAL DA MINERAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO

A crise setor minerador de carvão gerada através da conjunção de diversos fatores já apresentados atingiu seu ápice na metade da década de 50. A extração que atingira o

auge em 1943 com um total de 1.340.650 toneladas foi reduzida a 842.976 toneladas no ano de 1955. A produção entrou em acentuado declínio a partir de 1945 e observa-se, desde então, uma alteração no modo de atuação do CADEM em relação à oferta de prestação de serviços à população local. Nenhuma construção visando melhora na infraestrutura educacional, sanitária ou de moradia seria verificada desde então e a população começava a sentir os reflexos desta mudança já que nem mesmo a excelência dos serviços oferecidos até então estava sendo mantida. Simch retrata o processo de encerramento das atividades mineradoras em Arroio dos Ratos:

Tanto e tanto carvão foi arrancado do seu sub-solo, em todos os rumos e direções, que foi totalmente esgotado o jazigo que a Natureza ofereceu e depositou na área daquele distrito de S. Jerônimo! Nos pretéritos trinta anos houve intensa vida nessa localidade, vida mineira, vida comercial, vida social, como nas cidades, e nas residências, embora modestas; não faltou conforto moderno.... Hoje. Entretanto, parece ter sido varrida por um cataclisma cósmico! É que o CADEM retirou todo o material prestável, inclusive os trilhos de sua Via Férrea até Charqueadas. Não levou suas boas casas de alvenaria por ser isto impraticável – mas, o que era de madeira sumiu! As velhas residências e outros prédios de material foram fechados, como se uma pandemia tivesse levado os habitantes.²⁴

Em 1956, após um século da descoberta de carvão em Arroio dos Ratos por James Johnson e depois de décadas de prospecção do mineral, foram encerradas as atividades do CADEM no local com término de lavra no Poço 1, o último em atividade, sendo também desativada a Usina Termelétrica que iniciara suas atividades três décadas antes. O Consórcio afirmava que o ciclo minerador em Arroio dos Ratos encerrava-se em função de suas reservas de carvão estarem exauridas, entretanto, sondagens posteriores e a retomada da mineração em Arroio dos Ratos após mais de meio século de

²⁴ SIMCH, op. cit., p. 288.

inatividade, viriam demonstrar que o término da atividade mineradora naquela localidade obedecia a outra lógica que não aquela informada pelo CADEM.

Ainda em 1956, é inaugurado em Charqueadas o Poço Otávio Reis, assim batizado em homenagem a um antigo diretor do Consórcio. Após diversas sondagens, foi constatado que a nova jazida oferecia uma boa camada de carvão, mesmo que a prospecção devesse ocorrer a 290 metros de profundidade ao passo que para a obtenção do mineral nas jazidas de Arroio dos Ratos não eram necessários mais que 40 metros de escavação. A aposta das mineradoras era de que mesmo com uma atividade mais onerosa que a realizada em Arroio dos Ratos, a lavra de carvão em Charqueadas proporcionasse maior lucro em função da proximidade com o ponto de embarque no Rio Jacuí. O argumento relacionado à logística de escoamento da produção é apresentado por Cristina Ennes na passagem que segue e nele surge outro importante fator para a mudança de rumos da atividade mineradora na região:

A partir das sondagens, foi descoberto que a localidade de Charqueadas apresentava-se como local privilegiado, possuindo extensa camada de carvão, com possibilidade de escoamento rápido e barato através do Rio Jacuí, capaz de atender os mercados de Porto Alegre e Rio Grande. Em 19 de junho de 1953, o Presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto nº33.098, que concedia a Luís Honold Reis a autorização para instalação e exploração de uma usina termoeleétrica com potência de 45.000KW. Os privilégios e as responsabilidades constantes no decreto foram transferidos para a recém criada Termoelétrica de Charqueadas S.A.²⁵

Além destes fatores, o CADEM possuía interesse na criação de uma grande siderúrgica em Charqueadas. Desta forma fechava-se um círculo que demonstrava a busca pela diversificação de investimentos das empresas mineradoras que atuavam na lavra do material, na geração de energia elétrica e no consumo no carvão em atividades

²⁵ SILVA, op. cit., p.149.

siderúrgicas. As iniciativas para a criação da siderúrgica iniciaram com a associação entre o Consórcio e a Companhia Siderúrgica Nacional em 1960. Foi criada a Aços Finos do Brasil S.A. encarregada dos estudos iniciais no sentido de criação da nova indústria. A Lei 4072, datada de 29 de dezembro de 1960, autorizava a criação da Aços Finos Piratini S/A. A efetivação da iniciativa, entretanto, não foi realizada sob a égide do CADEM, tendo em vista que o Consórcio teve seu patrimônio absorvido pela Companhia de Pesquisa e Lavras Minerais, a COPELMI, em 1964. A Siderúrgica Aços Finos Piratini S/A somente viria a ser inaugurada em 1973, após quase duas décadas de exploração sistemática de carvão na localidade de Charqueadas.

Com alteração do eixo econômico da região de Arroio dos Ratos para Charqueadas a partir da década de cinquenta, são observadas profundas alterações socioeconômicas nas duas localidades com sentidos reflexos nas condições de vida das populações locais o que demonstra a relação de dependência destas localidades com a indústria carbonífera. O CADEM abandonara a exploração do subsolo de Arroio dos Ratos e na esteira deste abandono surgia um quadro caótico para a população local. Sem a manutenção do alto nível de prestação de serviços básicos, muitos abandonaram o local; os que permaneciam, alimentavam a expectativa de que o poder público assumisse o papel até então protagonizado pelo Consórcio. Neste sentido, afirma Sulzbach:

O interesse do CADEM, com relação ao carvão, em Arroio dos Ratos, terminara. Natural, pois, que abandonasse tudo o que se referia à mineração. Todavia, com isso, eram atingidos serviços essenciais, como a água, a luz, o telefone. Por isso, em 1961, a Prefeitura de São Jerônimo assumiu estes serviços em Arroio dos Ratos, como distrito que era daquele município.²⁶

²⁶ SULZBACH, op. cit., p.60.

Tendo o poder público assumido a administração dos serviços prestados pelo consórcio em Arroio dos Ratos somente cinco anos após o término das atividades de lavra no local, ocorre uma acentuação da precariedade destes serviços, situação que já se verificara a partir da crise instaurada no setor na segunda metade da década de quarenta, agravada com o afastamento de Roberto Cardoso do cargo de Diretor do CADEM em 1951 e de todas as atividades relativas à indústria carbonífera. O êxodo humano foi uma constante a partir do final da mineração no local. Uma população de mais de 10.000 habitantes, dentro os quais mais de 3.500 mineiros, sofria uma queda acentuada pela busca de novas frentes de trabalho nas minas de Butiá, ainda em plena atividade na época, ou na promissora localidade de Charqueadas. Ao poder central do município de São Jerônimo, que abrangia todas as localidades envolvidas, o fluxo populacional que exauria Arroio dos Ratos não era visto como um problema, posto que o trânsito mantinha-se dentro das fronteiras municipais. Além disso, uma população reduzida em Arroio dos Ratos exigia menor dispêndio dos custos na manutenção dos serviços que passavam a ser obrigação da municipalidade.

Sulzbach, que exercera suas funções clericais em Arroio dos Ratos entre 1954 e 1958, período em que ocorre o término da mineração, reassumiria estas funções em 1960, permanecendo como pároco local durante três décadas. Após o retorno, e com o agravamento de um quadro que já se apresentava crítico quando em seu primeiro período de sacerdócio, torna-se o principal artífice do projeto emancipatório de Arroio dos Ratos, sendo inclusive eleito presidente da Comissão de Emancipação. No excerto seguinte, Lothar inicialmente pinta o quadro de abandono ao qual fora relegado o local para finalizar apresentando a alternativa para a reversão deste caótico cenário:

... todos estes problemas que se criaram, o abandono a que foi relegado este povo, as desativações, as demolições, o êxodo e tantos outros problemas gerados por esta situação caótica, levaram a supor que Arroio dos Ratos se transformaria, com tem acontecido em outros países, no abandono da mineração, numa cidade fantasma. Arroio dos Ratos teve seu ocaso com relação ao carvão. Mas, com a emancipação política, nova aurora aqui surgiria.²⁷

A partir de janeiro de 1964 e com a criação da Comissão de Emancipação, toma corpo a iniciativa para que Arroio dos Ratos obtivesse sua autonomia política e administrativa. Após tramitação de processo na Assembléia Legislativa requerendo que fosse autorizado um plebiscito para que a população local se manifestasse sobre a emancipação, a proposta da Comissão foi aceita e o plebiscito marcado para 29 de novembro de 1964. A consulta realizada apresentou 382 votos contrários à emancipação e 870 favoráveis. Após a oficialização do resultado, o Governador Ildo Meneghetti assinou em 28 de dezembro de 1964 a Lei 4.902 que criava o município de Arroio dos Ratos e em 12 de abril seguinte, tomavam posse os primeiros representantes do poder executivo e os integrantes da primeira legislatura municipal. O ufanismo local personificado nas observações de Sulzbach surgia da expectativa de uma mudança no quadro sócio /econômico desencadeado no local a partir do término da mineração.

Após quase uma década de queda acentuada no nível de vida, a população visualizava na emancipação política uma alternativa. Entretanto, a esperança de retomada dos indicadores sociais e econômicos vivenciados no tempo áureo da mineração acabou frustrada e o nível de vida da comunidade local jamais atingiu o patamar anterior. Nos difíceis anos que se seguiram à emancipação não foram verificadas melhorias significativas em qualquer área de serviços prestados à população e a estagnação econômica que assolou o município desde então arrefeceu o ufanismo

²⁷ Idem, p. 60.

causado pela autonomia política. A história da mineração passava a ser relegada a um plano secundário, esquecida em meio à tentativa de recuperação econômica buscada através de investimentos nos setores de pecuária, agricultura e madeireiro, sem que estes jamais viessem a dar a resposta desejada. A falta de preocupação com a memória local, mesmo que medidas pontuais neste sentido viessem a ser tomadas na década de setenta, somente acabaria duas décadas após a emancipação política através de um movimento que culminaria com a criação do importante espaço para a memória local, o Museu Estadual do Carvão.

6.3. A CRIAÇÃO DO MUSEU DO CARVÃO

Como já visto anteriormente, a preocupação com a manutenção e recuperação da história da mineração em Arroio dos Ratos não foi prioridade nos anos que se seguiram ao processo emancipatório. As primeiras iniciativas neste sentido viriam em meados da década de 70. Em 1975 é erguida na rua central do município uma estátua em homenagem aos mineiros. No mesmo ano, observa-se outra medida visando valorizar a memória local com a publicação da Lei Municipal 183/75 que institui a reprodução reduzida de vista frontal da estátua do mineiro como símbolo oficial de Arroio dos Ratos. O texto determinava ainda que o símbolo deveria ser amplamente divulgado entre a comunidade local e estar presente em todas as correspondências oficiais do poder executivo municipal. Estas foram medidas isoladas na busca pela manutenção da memória local ligada à indústria carbonífera.

A partir da década de 80 verificamos uma mudança acentuada na maneira como Arroio dos Ratos passa a visualizar sua história. A década marca uma crescente

preocupação com a recuperação e manutenção de remanescentes patrimoniais em todo o país. Estes *espaços de memória* adquirem gradativa valorização quando passam a ser vistos como representativos da história de determinados grupos sociais. Tudo o que evoque à idealização de um passado conjunto destas populações torna-se objeto da luta preservacionista e para o caso de Arroio dos Ratos, a existência de vasto aparato patrimonial remanescente das atividades mineradoras constituiu-se em importante ponto de partida para a criação de um espaço destinado à recuperação da história local.

O primeiro passo para a criação do Museu do Carvão ocorreria em janeiro de 1983 com a doação da área contendo as ruínas da antiga Usina Termoelétrica ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul por sua proprietária, a COPELMI. O espaço compunha-se de um total de 2.136,70 metros quadrados e abrangia além das ruínas da Usina, a entrada de acesso ao Poço 1. De posse da área, surge a iniciativa do Governo do Estado de criação de um museu visando a preservação da história da região, toda atrelada ao processo de exploração de suas jazidas carboníferas. Os remanescentes patrimoniais doados ao Estado foram registrados no livro tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado sob o número 34 através de processo 44.005-19.00-SEC/85, em 10 de março de 1986. Três semanas após o tombamento, em 31 de março, é oficializada a criação do Museu Estadual do Carvão tendo como primeira Diretora a Professora Maria Luiza Flores Chaves Barcellos. Arroio dos Ratos obtinha um amplo espaço dedicado à recuperação e preservação de sua história.

O registro de número 73 no livro tombo do IPHAE, datado de 16 de agosto de 1994, registra o tombamento de uma ampla área adjacente ao espaço então pertencente ao Museu e também pertencente ao Governo do Estado. Esta área, medindo 14.982,10 metros quadrados, foi integrada ao espaço do Museu do Carvão que passava a abranger

um total de mais de 17.000 metros quadrados dentro da área urbana de Arroio dos Ratos. Com a incorporação do novo espaço, o complexo passava a contar entre seu acervo patrimonial com a presença do prédio do almoxarifado, do resfriador, da caixa d'água de subsolo, da base do prédio de escritório do CADEM e do maior prédio componente do complexo, o prédio das oficinas.

Após a criação do Museu, vinculado à Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, ocorre a criação de um aparato legal por parte do poder legislativo local com o objetivo de readaptar o plano diretor municipal em face da criação de um espaço de preservação permanente no interior da área urbana do município. O caput do artigo 1 da Lei 646 de 26 de junho 1989 informava:

Art. 1 – Reconhecendo o tombamento Estadual dos remanescentes da Antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos – Poço 1 como Patrimônio Cultural, esta Lei institui normas e critérios de preservação do entorno deste Patrimônio, por fazer parte da história do Município e da paisagem urbana, disciplina o uso e ocupação do solo, as obras e posturas nestas áreas lindeiras visando à preservação dos remanescentes e da paisagem no qual estão inseridos, autoriza convênios com o Executivo para viabilizar a recuperação dos remanescentes da Antiga Termoelétrica e proteção do seu entorno.²⁸

Atento à necessidade de recuperar e fortalecer a história local através da ligação a um espaço de memória vinculado a um século de mineração, o poder público atuava no sentido de disciplinar a inserção do Museu do Carvão dentro do cotidiano da população local. A lei regulamentava os tipos de construções permitidos e qual o limite de distância destes em relação ao espaço do Museu. Uma das mais importantes determinações do texto proibia o erguimento de prédios com vários andares que se transformassem em obstáculo para a visualização do espaço de preservação pela

²⁸ Lei Municipal 646, 26/06/89. Câmara de Vereadores de Arroio dos Ratos, 2013.

população. Passados 24 anos da promulgação do texto, verifica-se que o mesmo sempre foi obedecido pelos proprietários de imóveis próximos ao Museu, provando a pertinência da Lei.

Amparado pela legislação local, cabia a Direção do Museu a tarefa de torná-lo o referencial memorialístico da região e neste sentido diversas foram as providências. A proposta de intervenção do IPHAE para o local determinava um zoneamento do espaço em Zona de Proteção Rigorosa, Zona de Proteção Secundária e Intervenção Rigorosa, Zona de Proteção Secundária e Intervenção “*A Posteriori*”, Zona de Proteção Ambiental Rigorosa e Zona de Proteção Ambiental Secundária. A partir deste mapeamento, foram desenvolvidas as providências elaboradas para cada espaço. Em virtude de tratar-se de um espaço amplo, com seus vários prédios componentes encontrando-se em diferentes níveis de preservação, foi opção do projeto de recuperação realizar diferentes ações nos remanescentes materiais.

As ruínas da entrada do Poço 1, encontrando-se em avançado estágio de deterioração devido à ação do tempo e a depredações ocorridas no período anterior ao tombamento não sofreram intervenção no sentido de recuperação, sendo mantido o status de ruínas na forma em que foram tombadas pelo IPHAE. O prédio do resfriador, que chama atenção pelo formato cônico, também foi mantido sem qualquer alteração física e no prédio das oficinas foram feitos apenas pequenos reparos no telhado. Entretanto, o prédio onde funcionara a antiga usina, sofreu acentuada intervenção. Este prédio, destinado a abrigar o acervo material de pequeno porte do Museu, passou por importantes obras de restauro. Teve também seu interior adaptado para receber painéis alusivos às atividades mineradoras e também indumentária, ferramentas e outros objetos utilizados nas minas. São observados em alguns pontos das paredes deste prédio

pequenos espaços nos quais o reboco não foi restaurado, deixando visíveis amostras do estado de conservação do prédio quando do início da restauração. Desta forma, além do trabalho minucioso de recuperação de parte do legado patrimonial visando deixá-lo semelhante ao estado original, merece destaque a iniciativa de deixar visível a ação do tempo sobre o acervo. A imagem abaixo, onde observamos a partir da esquerda as ruínas da entrada do Poço 1, a Antiga Usina, o resfriador e as oficinas, demonstra com clareza o diferente estado de conservação dos prédios do complexo:



Figura 06: Museu Estadual do Carvão, 2013.²⁹

Como demonstrado, no processo de criação do Museu várias etapas foram cumpridas. Primeiramente surge a iniciativa de criação de um espaço dedicado à memória local e o tombamento das ruínas remanescentes das atividades mineradoras. Posteriormente ocorre a criação de um aparato legal de proteção e destaque ao complexo do Museu. Por fim, o estudo das necessidades de restauro e proteção a serem desenvolvidas no local e sua efetiva aplicação. Após este trâmite que perpassou a administração de várias diretorias, o Museu Estadual do Carvão encontrava-se apto a buscar uma maior aproximação com a população local e para realização deste objetivo, várias iniciativas foram adotadas e com diferentes resultados.

²⁹ Arquivo do Museu Estadual do Carvão, 2013. [MCAR]

6.4. A BUSCA POR UMA MATRIZ IDENTITÁRIA

Após a materialização do projeto de criação do Museu e as necessárias atividades relacionadas à proteção e recuperação do acervo material, surgia a necessidade de oferecer à população da região o contato com este aguardado e importante referencial histórico da região mineradora do Baixo Jacuí. O local que vivera desde a segunda metade do século XIX em função da extração de carvão mineral, ressentia-se de um espaço dedicado à preservação de sua história. A aproximação desta população com o Museu foi e tem sido uma preocupação constante dos agentes que administram o local desde sua criação.

Com o objetivo de dar acesso à história local àqueles que não vivenciaram o período da mineração em Arroio dos Ratos, o Museu oportuniza a visita de alunos das escolas situadas no município e também de outras localizadas nas cidades vizinhas. Este acesso a alunos de cidades vizinhas contempla com um referencial histórico a população jovem dos outros municípios envolvidos com a mineração, como o caso de Charqueadas, Butiá e Minas do Leão, onde as atividades extrativas estenderam-se sem interrupção significativa por vários anos após o término destas atividades em Arroio dos Ratos, mas que não contam com um espaço dedicado à preservação desta história. Durante as visitas guiadas por funcionários do Museu, os jovens alunos são colocados em contato com a história da mineração local, sua influência na vida econômica e social de Arroio dos Ratos e também recebem orientações sobre a necessidade de preservação do patrimônio histórico.

Diversas parcerias ou projetos desenvolvidos através de iniciativas oriundas do próprio Museu reforçam o trabalho de aproximar a população de Arroio dos Ratos de sua rica história. Dentre os projetos que merecem destaque, a criação de oficinas de

teatro infantil, de coral infantil, de coral adulto e a criação da Companhia Teatral do Carvão, estão entre aquelas que possibilitam o contato da população local com o ambiente museológico, ainda que o foco central dos mesmos não esteja ligado à manutenção da história da mineração. Entretanto, outros projetos visam oferecer não somente o contato com a história local como a interação com este espaço de memória. São elas o Projeto de Restauração das Estruturas Arquitetônicas e Desenvolvimento de Projetos Culturais, o Projeto Rodas de Memórias e “Troca de Saberes”, o Projeto Museu-Escola e o Projeto Uma Luz no Fim do Túnel. Todos os projetos citados apresentam temáticas específicas e visam oferecer suportes teóricos para as atividades pertinentes à recuperação do patrimônio material do Museu propiciando criação de um vínculo entre os partícipes dos projetos e a história da mineração na região.

Dentre estas iniciativas, o Projeto Uma Luz no Fim do Túnel, que atualmente se encontra na sexta edição, é aquele que melhor representa esta busca de aproximação entre a sociedade local e sua história. O projeto, iniciado em 2009, consiste de uma oficina criada por um grupo de voluntários com a finalidade de recuperar o acervo documental do CADEM. O material é composto por uma variada gama documental que engloba fotografias, jornais, livros, plantas, documentação administrativa e sindical do período de atuação do Consórcio na região, de 1936, ano de sua criação, até 1964. Com a recuperação, catalogação e ordenamento deste importante material que abrange o período de fortalecimento da indústria mineradora na região através da criação do Consórcio, passando pelo seu ápice produtivo na década de quarenta e a posterior crise que se instaurou ao final da Segunda Guerra Mundial, é possível uma melhor visualização da evolução histórica da região, nos seus aspectos econômicos, sociais e culturais. O texto de chamada ao projeto reforça a importância da iniciativa:

O acervo do CADEM – composto por documentos administrativos e sindicais, jornais, fotografias, plantas, livros, entre outros – é considerado o maior banco de dados já descoberto sobre as minas de carvão do Rio Grande do Sul. Seu valor histórico é incalculável, todavia seu estado de conservação é precário. Esta iniciativa propõe reverter tal quadro, esclarecendo os estudantes e a Comunidade em geral da região a respeito da importância da preservação do patrimônio histórico, a fim de estreitar o vínculo dos jovens com a memória sobre a mineração e o trabalho mineiro, bem como apontar novos horizontes para o desenvolvimento regional.³⁰

O espaço também é utilizado para realização de outras atividades que não tem como objetivo a preservação ou conscientização patrimonial. O maior exemplo deste fato é a realização da Festa da Melancia, evento que atrai um público de mais de 30.000 pessoas ao local durante os três dias de realização e ocorre desde a primeira metade da década de oitenta, sendo desde a década de noventa realizado nas dependências do Museu. A cultura da melancia na região adquiriu uma importância crescente nos últimos anos e a festa surgiu inicialmente com o objetivo de alavancar a produção de um produto que apresentava-se como a principal fonte de divisas do município, assolado em suas finanças desde a emancipação. No local estão presentes os remanescentes históricos do período áureo da mineração e que remetem a um tempo no qual outro produto constituía a grande fonte de renda local e sua utilização para a realização de tal evento, proporciona um choque de interesses.

Enquanto atividades como o Projeto Uma Luz no Fim do Túnel e outros realizados através de iniciativa da Direção do Museu ou nos quais o mesmo é parceiro visam colocar a população do município e região em contato com sua história através da interatividade e comprometimento com o ambiente de preservação; outros como a Festa da Melancia, atraem um número de pessoas ao local inúmeras vezes maior que as

³⁰ Projeto Uma Luz no Fim do Túnel, 2013. [MCAR].

oficinas de preservação sem que este público entre em contato com a representatividade do espaço para a história da mineração de carvão. A imensa circulação de pessoas pelo espaço durante a realização da festa é motivada pela presença de atrações musicais, um amplo espaço dedicado ao comércio e pela presença de parque de diversões. Sendo um espaço que tem em suas diretrizes principais a busca pela preservação de um acervo que é composto em grande parte por remanescentes patrimoniais de antigas construções e que se espalha pelo amplo território do Museu, a realização de um evento de grandes proporções neste local sem a devida preocupação com o patrimônio existente por parte do público visitante, constitui um risco à integridade do acervo. Desta forma percebemos o dualismo de objetivos com a utilização do espaço museológico: enquanto a Direção do Museu e grupos interessados na preservação e recuperação da história local trabalham no sentido de divulgar o espaço como um local a ser visitado e protegido por ser detentor de um importante acervo ligado à mineração, o poder público municipal utiliza-se do mesmo espaço com a finalidade de realizar um evento de grandes proporções e sem as devidas medidas de proteção aos bens tombados, tendo como preocupação divulgar o produto que atualmente constitui-se na principal fonte de arrecadação do município.

Este embate de visões é modelar para exemplificar as dificuldades com as quais se deparam as iniciativas que visam à preservação de remanescentes históricos que não sirvam como atrativos turísticos para a localidade na qual se inserem. Não constituindo um aporte arrecadatório ao município através da exploração turística, se sujeita o Museu à cedência do espaço para a realização de eventos que em nada se aproximam de sua finalidade principal. Durante a realização do evento, não ocorre a orientação do público presente para a necessidade de preservar o local, apenas sendo verificada a presença de

fitas sinalizadoras delimitando o local acessível para o trânsito do grande número de pessoas presentes. Esta delimitação pode ser atribuída antes à preocupação quanto aos riscos físicos que o espaço oferece ao público que à proteção ao patrimônio.

Desta forma, cabe a reflexão sobre o alcance das medidas elaboradas pela administração do Museu do Carvão na busca pela solidificação da memória local. Neste aspecto entram em ação fatores benéficos para o sucesso destas iniciativas, como a existência de um vasto acervo contido em um amplo espaço dedicado à preservação e a criação de um aparato legal de proteção visual e física ao local por parte do poder público municipal logo após a criação do Museu. Na contramão dos objetivos visados com tais medidas, verifica-se a falta de preocupação das últimas administrações municipais com o Complexo na medida em que o mesmo não oferece rentabilidade aos cofres públicos, exceto quando o local é utilizado para realização de eventos que o desviam de sua finalidade. Quando o Museu aproxima-se de três décadas de criação e Arroio dos Ratos de seu cinquentenário, esta é uma abordagem a ser revista em seus vários meandros e implicações como forma de responder uma importante questão: O Museu Estadual do Carvão é um agente suficientemente representativo da história e da memória da mineração de carvão em Arroio dos Ratos?

7. CONCLUSÃO

Durante o presente estudo, que deveria focalizar a temática patrimonial relacionada ao processo de mineração de carvão na Região do Baixo Jacuí e em especial em Arroio dos Ratos, foi imperioso enfocar outros aspectos que não apenas os ligados à análise dos remanescentes das antigas instalações destinadas à prospecção, beneficiamento e utilização do carvão mineral na região. Tornou-se necessário apresentar um quadro evolutivo de toda a história da mineração na região a partir das primeiras descobertas, passando pela atuação das primeiras companhias mineradoras, a criação do CADEM, o auge e o posterior declínio da indústria carbonífera.

Por fim, foi abordada a criação do Museu Estadual do Carvão e da análise da atuação deste importante espaço de preservação da memória local surge a questão central desta análise: o Museu Estadual do Carvão cumpre com sua função de ser suficientemente representativo da história e memória da mineração de carvão em Arroio dos Ratos?

Criado em 1986, após três décadas do encerramento da mineração no Município de Arroio dos Ratos, o Museu Estadual do Carvão surgiu com a proposta de recuperar a história da indústria carbonífera na região que tendo se desenvolvido durante aproximadamente um século, configurou-se na principal propulsora do progresso econômico local, com significativos reflexos nos aspectos sociais e econômicos vivenciados pela população. A região carbonífera do Baixo Jacuí, composta pelos municípios de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Minas do Leão e São Jerônimo ressentia-se de um referencial histórico que remetesse à sua vinculação com a lavra do mineral que propiciou a sustentabilidade econômica de toda a região, demonstrada através da observação do grande volume de construções efetivadas pelas

indústrias mineradoras durante os dois períodos de maior pujança da indústria carbonífera, os períodos entre 1920 e 1930, e entre 1936 e 1945.

Com a criação do Museu, toda esta história podia ser revista e recuperada. Para tanto, tem sido um trabalho constante de parte dos dirigentes do Museu a criação de medidas que visam aproximar o público local do principal espaço de preservação de sua história. Entretanto, a representatividade do espaço deve ser abordada em duas instâncias.

O Museu merece ser visto como representativo da história local ao preservar o importante aparato patrimonial e documental existentes em seu acervo, propiciando o contato da população com este rico manancial histórico através de medidas que buscam criar uma simbiose entre a população local e estes aportes conformadores de sua história. Através destas medidas, gradualmente configura-se como um espaço destinado a reverenciar a memória da mineração de carvão na região além de oportunizar através de seu acervo a realização de pesquisas referentes às relações de trabalho, fluxo produtivo, aspectos socioeconômicos e outros pontos de análise.

Em outro aspecto, a representatividade do Museu merece ressaltar. O patrimônio predial pertencente ao acervo do Museu, composto por várias construções em diferentes estados de conservação, conta apenas com remanescentes prediais do primeiro ciclo de alta produtividade de carvão, o período entre 1920 e 1930. O acervo é de vital importância para entender a solidez que caracterizou a CEFMSJ em contraposição às empresas que anteriormente prospectaram o solo local e demonstrar a diversificação de investimentos que caracterizou a Companhia, tendo como principal prova desta diversificação a construção da primeira usina termelétrica do Brasil.

Entretanto, a representatividade da história da mineração através dos remanescentes tombados fica prejudicada ao não abranger o segundo período áureo da atividade mineradora na região. Este período, iniciado com a criação do CADEM, foi marcado pela criação de uma rede de prestação de serviços básicos à população de Arroio dos Ratos através da construção e aparelhamento do hospital local, da unidade de tratamento de água que atendeu a cidade durante meio século, de uma escola profissionalizante, além da construção de várias casas que serviram de domicílio aos trabalhadores das minas. Estas construções foram erguidas em locais que atualmente não estão inseridos dentro do amplo espaço do museu e não receberam qualquer tipo de proteção ou restauro. Alguns destes aportes patrimoniais, representativos da política de oferecimento de benefícios das companhias mineradoras a seus trabalhadores, sofrem a ação do tempo e toda a série de alterações em seus aspectos estruturais sem que qualquer medida protecionista a este material seja criada pelo governantes municipais. Aliás, como já citado, o próprio poder público constituiu-se em artífice do desmantelamento deste aparato patrimonial ao destruir uma república erguida pelas indústrias mineradoras com a finalidade de criar uma praça em seu lugar. Estes restos materiais, estando localizados de forma descentralizada, configuram o lapso existente no acervo do Museu que não consegue dar visualização adequada do mais importante período da mineração local, a não ser através do acervo documental do CADEM.

A descentralização destas construções, entretanto, não deve ser aceita como a causa de não serem respeitadas como representativas da história da indústria mineradora no local. O desrespeito a tais aportes patrimoniais frutifica do desinteresse do poder público e também da sociedade local em proteger estes bens. O descaso com o legado patrimonial da mineração é verificado tanto na esfera pública, como em relação às

propriedades privadas. A falta de uma política voltada à preservação deste legado patrimonial permitiu, por exemplo, que fosse destruída a grande maioria das antigas repúblicas ou mesmo as casas geminadas construídas pela CEFMSJ.

Este quadro, no qual fica demonstrada a importância da indústria mineradora para a região e em especial para Arroio dos Ratos, demonstra que o objetivo de tornar-se representativo desta história por parte do Museu Estadual do Carvão, é apenas parcialmente atingido. Fica evidenciado através do anteriormente exposto que a impossibilidade em tornar-se o baluarte histórico da região deve-se menos a falta de iniciativas oriundas das administrações do Museu, posto que estas existiram desde a criação do espaço, que à falta de uma cultura local de preservação dos remanescentes patrimoniais do período de extração de carvão. O respeito pelo legado da mineração não sendo verificado por parte do poder público respalda ações particulares que têm ajudado no desmonte do aparato patrimonial representativo do período de extração de carvão em Arroio dos Ratos.

A falta desta cultura de valorização histórica na sociedade local cria outro aspecto indesejado: a população da região, não toma contato com o vasto acervo disponibilizado pelo Museu, negligenciando uma oportunidade de contato direto com seu passado e os reflexos deste no seu cotidiano. Embora as iniciativas das sucessivas administrações do Museu para reverter este quadro sejam várias e busquem atingir todas as camadas sociais e etárias, parecem não fazer o eco esperado junto à população local.

Diante desta análise, conclui-se que a descentralização do acervo patrimonial, a inexistência de políticas públicas voltadas à valorização do legado da mineração e a falta de uma cultura local de preservação e busca pelo seu evoluir histórico, são obstáculos que o Museu Estadual do Carvão não conseguiu ainda transpor para atingir o

objetivo de tornar-se um referencial memorialístico suficientemente representativo da história da mineração carbonífera na região do Baixo Jacuí e, em especial em Arroio dos Ratos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUNSE, Heinrich A. W. *A mineração do carvão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, 1984.

DAHNE, Eugene. *A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Companhia Estradas de Ferro e Minas de São Jerônimo/Estabelecimento typographico de Gundlanch & C., 1893. p. 10 (MCAR).

SILVA, Cristina Ennes da. *Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul. (1883/1945)*. 2007. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. p. 05.

SYMCH, Alfredo. *Município de São Jerônimo. Monografia*. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961.

SULZBACH, Ervino Lothar. *Arroio dos Ratos. Berço da indústria carbonífera nacional*. Arroio dos Ratos: Editora Gráfica PBS, 1985.

_____. *Epopéia de uma Emancipação*. Arroio dos Ratos: Gráfica Editora PBS, 2006.

_____. *Perfil de um minerador*. Arroio dos Ratos: Gráfica Editora PBS, 1989.

VEIT, Benedito. *Assim nasce uma riqueza. A trajetória do carvão na Região Carbonífera*. Porto Alegre: Editora Alcance, 2004.

_____. *Calendário Histórico da Região Carbonífera*, São Jerônimo: L.C. Publicidade, 1989.

_____. *Memória fotográfica de São Jerônimo*. São Jerônimo: BC Publicidade, 1992.

_____. *Mineiros, uma raça. Monografia*. São Jerônimo: (s, ed), (s.d).

ARROIO DOS RATOS. **Lei n. 183**, de 11 de setembro de 1975. Institui o símbolo oficial do Município, disciplina seu uso e dá outras providências. Arroio dos Ratos, 12 de setembro de 1975. Disponível em <<http://www.camaraarroiodosratos.rs.gov.br/lei-municipal/18375/>>, acesso em: 18 set. 2013.

ARROIO DOS RATOS. **Lei n. 646**, de 26 de junho de 1989. Arroio dos Ratos, 27 de junho de 1989. Institui normas de proteção para o entorno de área tombada onde se localiza parte dos remanescentes da antiga Usina Termelétrica de Arroio dos Ratos e dá outras providências. Disponível em <<http://www.camaraarroiodosratos.rs.gov.br/lei-municipal/64689/>> Acesso em: 19 set. 2013.

RIO DE JANEIRO. Relatório da Companhia Carbonífera Riograndense das Minas de Butiá. Apresentado Abril de 1933, referente ao exercício 1932.

RIO DE JANEIRO. **Decreto 20.089**, de 09 de julho de 1931. Estabelece percentual de 10% de obrigatoriedade da compra de carvão nacional para empresas importadoras de carvão estrangeiro.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>> Acesso em 18 set. 2013.

PROJETO UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL – Blog do Museu do Carvão. Disponível em: <<http://museucarvao.blogspot.com.br/p/uma-luz-no-fim-do-tunel.html>> Acesso em 24 set. 2013.

ANEXOS



ANEXO A – JAMES JOHNSON



ANEXO B – ROBERTO CARDOSO



ANEXO C – MAPA DA BACIA CARBONÍFERA DO RIO GRANDE DO SUL



ANEXO D – MAPA DO RIO GRANDE DO SUL



ANEXO E – MAPA DA REGIÃO CARBONÍFERA



ANEXO F – MAPA DE ARROIO DOS RATOS



ANEXO G – USINA TERMELÉTRICA DE ARROIO DOS RATOS EM 1924.



ANEXO H – GRUPO DE MINEIROS EM ARROIO DOS RATOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX